

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente



Índice

Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas Explicativas	14
1. Contexto operacional	14
1. Contexto operacional --Continuação	15
2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	16
3. Resumo das políticas contábeis	18
4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	40
5. Caixa e equivalentes de caixa	44
6. Contas a receber	45
7. Investimentos	47
8. Imobilizado	50
9. Intangível	52
10. Direito de uso e passivo de arrendamento	58
11. Empréstimos, financiamentos e debêntures	61
12. Provisões para demandas judiciais	63
13. Plano de remuneração baseado em ações	64
14. Impostos e contribuições a pagar	65
15. Partes relacionadas	68
16. Fornecedores	70
17. Patrimônio líquido	70
18. Receita líquida de serviços prestados	72
19. Custo dos serviços prestados	74
20. Despesas por natureza	75
21. Resultado financeiro	75
22. Resultado por ação	76
23. Instrumentos financeiros	77
24. Segmentos operacionais	80
25. Seguros	80
26. Transações que não afetam caixa	81
27. Eventos Subsequentes	81

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

MPM Corpóreos S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MPM Corpóreos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita sobre prestação de serviços de depilação

A Companhia presta serviços que são reconhecidos como receita no seu resultado conforme a obrigação de performance é satisfeita. Conforme nota explicativa nº 3.12, 4 e 18, as receitas com prestação de serviços de depilação são reconhecidas ao longo do tempo utilizando estimativas preparadas pela diretoria que avaliam o momento em que as obrigações de desempenho previstas em contrato são satisfeitas. Esse reconhecimento leva em consideração fatores que dependem da realização das sessões de tratamento de depilação contratadas pelos clientes, mediante pacotes de serviços. A diretoria exerce julgamento para determinar o prazo médio de satisfação das obrigações de desempenho e, conseqüentemente, existe o risco de que uma receita seja reconhecida fora do seu período de competência.

Considerando o risco inerente, o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas, efetuamos testes amostrais visando confirmar a adequação dos valores reconhecidos perante o total do serviço e o tempo de duração do serviço que foi contratado, bem como, analisamos o processo de revisão das estimativas e julgamentos exercidos pela diretoria e confirmamos o correto momento em que essa receita foi reconhecida. Também avaliamos a adequação das divulgações sobre o tema incluídas pela diretoria na nota explicativa nº 18.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas sobre prestação de serviços de depilação, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios utilizados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura

A Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativo intangível de vida útil indefinida, tal como o ágio por rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total relacionado aos ágios gerados na aquisição de controladas totalizava R\$657.220 mil e está divulgado na nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia em exercícios futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, avaliamos as premissas e metodologia utilizada pela Companhia, em particular estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento e margem de lucro, envolvemos nossos especialistas na avaliação da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados, verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e aos saldos contábeis, assim como avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Analisamos também a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

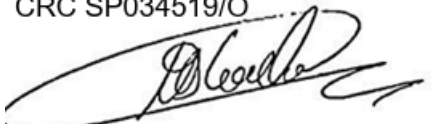
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP034519/O



Murilo Teixeira Coelho Morgante
Contador CRC SP280120/O

MPM Corpóreos S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.109	6.417	145.317	224.068
Contas a receber	6	-	-	818.469	755.717
Contas a receber - partes relacionadas	15	-	-	-	3.847
Tributos a recuperar	14.2	9.520	8.187	28.812	45.180
Dividendos a receber	7	47.613	52.539	-	-
Outros ativos		2.330	-	34.976	10.963
Total do ativo circulante		67.572	67.143	1.027.574	1.039.775
Não circulante					
Contas a receber	6	-	-	48.486	61.053
Contas a receber - partes relacionadas	17	-	-	-	12.032
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.1	-	-	4.528	24.231
Outros ativos		5.083	-	13.716	4.518
Investimentos	7	786.706	1.104.041	-	-
Ativos por direito de uso	10	-	-	70.369	80.359
Imobilizado	8	469	582	272.395	279.477
Intangível	9	57.274	57.274	770.448	790.210
Total do ativo não circulante		849.532	1.161.897	1.179.942	1.251.880
Total do ativo		917.104	1.229.040	2.207.516	2.291.655

MPM Corpóreos S.A.

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	-	69.178	23.343	150.106
Passivo de arrendamento	10	-	-	32.608	30.775
Fornecedores	16	59	914	26.467	34.271
Receita diferida	18.1	-	-	345.769	313.252
Salários e encargos sociais		8	28	77.659	70.116
Dividendos a pagar	17.e.f	13.500	598	13.500	598
Impostos e contribuições a pagar	14	59	2.201	69.575	75.656
Provisões para demandas judiciais	12	-	-	1.752	1.136
Contas a pagar - partes relacionadas	15	-	-	1.851	1.789
Outras contas a pagar		815	815	14.316	19.578
Total do passivo circulante		14.441	73.734	606.840	697.277
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	-	289.184	651.256	626.566
Passivo de arrendamento	10	-	-	45.828	57.359
Impostos e contribuições a pagar	14	-	-	108	99
Provisão para perda de investimento	7	-	3.469	-	3.469
Provisões para demandas judiciais	12	78	29	15.803	6.232
Contas a pagar - partes relacionadas	15	43.018	4.999	-	-
Outras contas a pagar		1.016	1.831	31.674	44.588
Total do passivo não circulante		44.112	299.512	744.669	738.313
Patrimônio líquido					
	17				
Capital social		1.483.831	1.483.831	1.483.831	1.483.831
Reservas de capital		144.142	141.746	144.142	141.746
Ações em Tesouraria		(2.396)	-	(2.396)	-
Ágio/deságio em transação de capital		(867.020)	(867.020)	(867.020)	(867.020)
Reserva de lucros		164.529	162.353	164.529	162.353
Custo na emissão de ações		(58.247)	(58.247)	(58.247)	(58.247)
Outros resultados abrangentes		(6.288)	(6.869)	(6.288)	(6.869)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		858.551	855.794	858.551	855.794
Participação de acionistas não controladores		-	-	(2.544)	271
Total do patrimônio líquido		858.551	855.794	856.007	856.065
Total do passivo e patrimônio líquido		917.104	1.229.040	2.207.516	2.291.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
					Reclassificado
Receita líquida de vendas	18	-	-	1.092.985	1.029.771
Custo dos serviços prestados	19	-	-	(720.250)	(684.634)
Lucro bruto		-	-	372.735	345.137
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	20	-	-	(62.868)	(69.413)
Despesas gerais e administrativas	20	(4.765)	(1.225)	(141.663)	(126.511)
Resultado de equivalência patrimonial	7	72.243	80.704	695	2.055
Outras (despesas) receitas operacionais		14.722	(5.192)	2.766	(1.219)
Lucro antes do resultado financeiro		82.200	74.287	171.665	150.049
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	21	2.697	3.211	29.692	20.739
Despesas financeiras	21	(69.221)	(74.954)	(165.468)	(152.257)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.676	2.544	35.889	18.531
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	14.1	-	(26)	(4.415)	(5.369)
Diferido	14.1	-	-	(18.316)	(11.514)
Lucro líquido do exercício		15.676	2.518	13.158	1.648
atribuível a					
Acionistas controladores		-	-	15.676	2.518
Acionistas não controladores		-	-	(2.518)	(870)
		15.676	2.518	13.158	1.648
Lucro líquido por ação ordinária – básico – em reais	22	0,0435	0,0070	-	-
Lucro líquido por ação ordinária – diluído – em reais	22	0,0428	0,0070	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
		01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	Notas DRE	15.676	2.518	13.158	1.648
Outros resultados abrangentes	7	581	(2.200)	581	(2.200)
Total de resultado abrangente do exercício		16.257	318	13.739	(552)
Atribuído a					
Acionistas controladores		-	-	16.257	318
Acionistas não controladores		-	-	(2.518)	(870)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de capital			Reserva de lucros			Ágio/deságio em transação de capital	Lucro líquido	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido
			Reserva de capital	Ágio na subscrição de ações	Custo na emissão de ações	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva para investimento						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.483.831	-	71.462	72.000	(58.247)	18.041	22.371	120.021	(867.020)	-	(4.669)	857.790	2.570	860.360
Plano de opção de compra de ações (nota 13)	-	-	(1.716)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.716)	-	(1.716)
Efeito da alteração de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.429)	(1.429)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.518	-	2.518	(870)	1.648
Constituição Reserva Legal	-	-	-	-	-	126	-	-	-	(126)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(598)	-	(598)	-	(598)
Constituição Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	1.794	-	(1.794)	-	-	-	-
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.200)	(2.200)	-	(2.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.483.831	-	69.746	72.000	(58.247)	18.167	22.371	121.815	(867.020)	-	(6.869)	855.794	271	856.065
Plano de opção de compra de ações – Apropriação (nota 13)	-	-	3.084	-	-	-	-	-	-	-	-	3.084	-	3.084
Plano de opção de compra de ações - Entrega	-	473	(922)	234	-	-	-	-	-	-	-	(215)	-	(215)
Efeito da alteração de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(297)	(297)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.676	-	15.676	(2.518)	13.158
Constituição Reserva Legal (nota 17)	-	-	-	-	-	784	-	-	-	(784)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos (nota 17)	-	-	-	-	-	-	(10.000)	-	-	(3.500)	-	(13.500)	-	(13.500)
Constituição Reserva para Investimentos (nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	11.392	-	(11.392)	-	-	-	-
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 7)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	581	581	-	581
Programa de recompra de ações	-	(2.869)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.869)	-	(2.869)
Saldos em 31 de dezembro 2025	1.483.831	(2.396)	71.908	72.234	(58.247)	18.951	12.371	133.207	(867.020)	-	(6.288)	858.551	(2.544)	856.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		15.676	2.544	35.889	18.531
Ajustes do resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais	DRE				
Ajuste a valor presente líquido	21	-	-	(2.739)	1.048
Depreciação e amortização	8, 9, 10	113	114	100.799	98.546
Resultado de equivalência patrimonial	7	(72.243)	(80.704)	(695)	(2.055)
Amortização de custo de obtenção de novos contratos		-	-	(8.755)	-
Fundo Promocional		-	-	-	(6.847)
Baixa E-bank		-	-	-	190
Provisão para pagamento de impostos		-	3.255	-	3.255
Juros de empréstimos, debêntures, arrendamentos, parcelamentos fiscais e ex-acionistas	10, 11	51.900	62.743	146.786	122.958
Baixa - Investimento Colômbia		-	5.192	-	-
Provisão para perdas esperadas do contas a receber e receita diferida	6, 18.1, 20	-	-	8.158	1.484
Recuperação de créditos vencidos	6	-	-	5.797	1.405
Resultado - instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	987
Apropriação - Custo na emissão de empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	14.831	4.663	23.486	6.545
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12	49	(11)	28.529	15.777
Ganho na repactuação das debêntures - redução da taxa efetiva de juros	11.1	-	-	(23.883)	-
Incorporação de Investimentos em controladas	7	798	-	-	-
Reversão de provisão de perda em investimento	7	(2.017)	-	3.447	-
Plano de remuneração com ações restritas - Apropriação	13	3.084	(1.716)	3.084	(1.716)
Amortização de Contrato oneroso		-	-	(14.033)	(8.243)
Variação Cambial		-	59	(382)	(1.738)
Valor residual da baixa de ativo imobilizado, intangível e arrendamento	8, 9, 10	-	-	10.876	13.040
Lucro Ajustado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		12.191	(3.861)	316.364	263.167
Redução (aumento) em ativos					
Contas a receber		-	-	(61.401)	(22.196)
Outros ativos		(7.675)	969	(24.753)	(2.085)
Contas a receber - partes relacionadas		-	7.852	10.477	(960)
Aumento (redução) em passivos					
Fornecedores		(855)	436	(8.811)	6.070
Salários e encargos		(20)	(5)	7.543	3.885
Impostos e contribuições a pagar		(904)	(2.694)	17.400	(3.736)
Contas a pagar - partes relacionadas		49.339	(78.938)	-	814
Receita Diferida		-	-	32.517	8.653
Juros pagos - Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	11.1	(58.523)	(59.537)	(130.490)	(111.927)
Juros pagos - arrendamentos	10	-	-	(6.638)	(6.363)
Pagamento parcelamento de impostos		-	-	(2.083)	(2.980)
Demais contas a pagar		-	(960)	(5.540)	(213)
Pagamento de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12	-	-	(18.342)	(13.530)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(10.347)	(6.296)
Caixa líquido (aplicado nas) /gerado pelas atividades operacionais		(6.447)	(136.738)	115.896	112.303
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Pagamento - Ex-acionista		-	(870)	-	(1.581)
Aquisição de Imobilizado	8	-	-	(47.811)	(24.487)
Aquisição de Intangível	9	-	-	(5.252)	(4.535)
Redução / (Aumento) de Capital	7	316.296	143.849	-	-
Dividendos Recebidos	7	52.539	294.542	-	-
Venda de Imobilizado		-	-	745	4.209
Recebimento - Venda de participação societária		262	-	262	-
Recebimento - Juros sobre capital próprio		20.400	23.000	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		389.497	460.521	(52.056)	(26.394)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	-	371.500	694.103	814.078
Liquidação Títulos e valores mobiliários		-	-	-	20.000
Recebimento - Instrumentos Financeiros		-	-	-	1.434
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	11.1	(371.500)	(687.231)	(769.210)	(790.624)
Custo na emissão de empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	(6.391)	(17.594)	(30.220)	(30.249)
(Recompra) Venda de ações		(2.869)	-	(2.869)	-
Dividendos Pagos		(598)	-	(598)	-
Contraprestação de arrendamentos - principal	10	-	-	(33.797)	(34.442)
Caixa líquido gerado pelas/ (aplicado nas) atividades de financiamento		(381.358)	(333.325)	(142.591)	(19.803)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos		1.692	(9.542)	(78.751)	66.106
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.417	15.959	224.068	157.962
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		8.109	6.417	145.317	224.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	-	-	1.231.808	1.183.236
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	1.240.762	1.189.532
Outras receitas	-	-	(796)	(4.543)
Provisão/reversão de perdas crédito esperada	-	-	(8.158)	(1.753)
Insumos adquiridos de terceiros	13.239	(7.499)	(265.671)	(255.310)
Custos prods. mercs e servs vendidos	-	-	(67.049)	(67.502)
Materiais, energia, servs. de terceiros e outros	13.239	(7.499)	(189.420)	(178.236)
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	(9.202)	(9.572)
Valor adicionado bruto	13.239	(7.499)	966.137	927.926
Retenções	(113)	(114)	(88.437)	(87.988)
Depreciação e amortização	(113)	(114)	(100.799)	(98.546)
Amortização de contrato oneroso	0	0	14.033	8.243
Outras Retenções	0	0	(1.671)	2.315
Valor adicionado líquido produzido	13.126	(7.613)	877.700	839.938
Valor adicionado recebido em transferência	74.940	83.915	30.387	22.794
Receitas financeiras	2.697	3.211	29.692	20.739
Equivalência patrimonial	72.243	80.704	695	2.055
Valor adicionado total a distribuir	88.066	76.302	908.087	862.732
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	3.049	(1.290)	424.179	399.514
Remuneração direta	179	426	267.249	258.672
Benefícios	2.870	(1.716)	130.970	115.134
FGTS	-	-	25.960	25.708
Impostos, taxas e contribuições	120	120	227.964	232.790
Federais	33	90	186.772	173.004
Estaduais	-	-	-	-
Municipais	87	30	41.192	59.786
Remuneração de capitais de terceiros	69.221	74.954	242.786	228.780
Aluguéis	-	-	77.318	76.523
Despesas financeiras	69.221	74.954	165.468	152.257
Outros	-	-	-	-
Lucros retidos do exercício	15.676	2.518	13.158	1.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A MPM Corpóreos S.A. ("MPM") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Avenida do Eucaliptos, no. 763 - Sala 02, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código ESPA3. A MPM foi constituída em 04 de novembro de 2016, tendo como objeto social, primordialmente, a participação direta e indireta no capital de companhias dedicadas à atividade de prestação de serviços fisioterapêuticos. A MPM e suas controladas são, em conjunto, chamadas "Companhia" ou o "Grupo". A Companhia tem como controlador o bloco contendo os acionistas: Ygor Alessandro de Moura e Paulo José de Iász de Moraes, SMZXP Participações LTDA e Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo dispunha de 578 lojas próprias (599 em 31 de dezembro de 2024), e 282 lojas franqueadas em funcionamento (273 em 31 de dezembro de 2024), conforme abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lojas Próprias		
Estado		
Sudeste		
Espírito Santo	14	14
Minas Gerais	37	37
Rio de Janeiro	68	70
São Paulo	214	216
Nordeste		
Alagoas	1	1
Bahia	25	25
Ceará	13	13
Maranhão	8	8
Paraíba	5	5
Pernambuco	17	17
Piauí	4	4
Rio Grande do Norte	3	3
Sergipe	4	4
Norte		
Amazonas	9	9
Amapá	2	2
Pará	8	8
Rondônia	3	3
Tocantins	5	5
Sul		
Paraná	35	35
Rio Grande do Sul	30	30
Santa Catarina	23	23
Centro-Oeste		
Distrito Federal	15	15
Goiás	11	11
Mato Grosso	4	4
Internacionais		
Argentina (a)	-	19

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional --Continuação

20 18

Chile		
	578	599
Franquias		
Estado		
Sudeste		
Espírito Santo	2	2
Minas Gerais	33	33
Rio de Janeiro	19	17
São Paulo	59	59
Nordeste		
Alagoas	5	5
Bahia	9	9
Ceará	8	6
Maranhão	5	5
Paraíba	2	2
Pernambuco	6	5
Piauí	3	3
Rio Grande do Norte	1	1
Sergipe	1	-
Norte		
Acre	3	3
Pará	8	8
Rondônia	9	8
Roraima	2	2
Tocantins	3	3
Acre		
Sul		
Paraná	4	4
Rio Grande do Sul	10	10
Santa Catarina	3	3
Centro-Oeste		
Goiás	27	26
Mato Grosso do Sul	12	12
Mato Grosso	18	18
Internacionais		
Argentina	-	8
Chile	22	14
Colômbia	7	6
Paraguai	1	1
	282	273
Total	860	872

(a) No exercício social encerrado em 2025, a Companhia concluiu a alienação de sua participação societária na operação da Argentina, realizada por meio de joint venture da qual detinha 51% do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG), e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). O Grupo adotou todas as normas, revisões e interpretações emitidas pelo IASB e CPC em vigor em 31 de dezembro de 2025. Conforme a OCPC 07, as informações relevantes foram evidenciadas de forma consistente com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e ativos/passivos mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional e de apresentação do Grupo é o Real (R\$). Para o Chile, os ativos e passivos são convertidos para a moeda de apresentação.

Em dezembro de 2025, o Grupo concluiu a venda de suas operações na Argentina. Como resultado, os ativos e passivos relacionados a essa operação foram reconhecidos no resultado, vide nota explicativa 7.

A Administração avaliou a capacidade do Grupo de continuar operando e concluiu que o pressuposto de continuidade operacional é apropriado. Nessa avaliação, foram considerados os efeitos das incertezas macroeconômicas, geopolíticas e questões climáticas. A Administração não possui conhecimento de incertezas materiais que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade do Grupo por um período de, pelo menos, doze meses a partir da data de relato.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1. Consolidação das informações

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da MPM Corpóreos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Os resultados das controladas durante o exercício é incluído nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as entidades do grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem as seguintes controladas:

Controladas	% Participação			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
A Lisa Depilação A Laser S.A.	21,30%	57,39%	24,50%	51,00%
Cela - Clínica Estética Láser Alemán Ltda.	66,70%	-	66,70%	-
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	100,00%	-	100,00%	-
Estudioface - Serviços Estéticos LTDA	-	-	100,00%	-
EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda.	-	-	100,00%	-
EL Commerce -- Plataforma Digital Para Intermediação De Negócios Ltda.	100,00%	-	100,00%	-
EL Franchising Ltda.	100,00%	-	100,00%	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Resumo das políticas contábeis

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com os exercícios anteriores apresentados e são comuns à controladora e suas controladas.

3.1. Combinações de negócios e ágio

Em uma combinação de negócios, inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.2. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura os instrumentos financeiros e derivativos ao valor justo em cada data de encerramento do exercício.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2. Mensuração do valor justo--Continuação

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada exercício de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.3. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. A controlada Cela – Clínica Estética Láser Alemán Ltda. possui como moeda funcional o Peso Chileno.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de encerramento do exercício. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Investimento no exterior

Os ativos e passivos da controlada são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e a demonstração do resultado é convertida pelas taxas de câmbio vigente na data de ocorrência das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes, considerando a participação societária da Companhia na investida.

No momento da baixa do investimento no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa investida, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado.

3.4. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.6. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. Custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e estão demonstrados na Nota Explicativa 11.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O exercício e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida (representados substancialmente por ágio) não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.7. Intangível–Continuação

beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.8. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso, trazido a valor presente). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor exercício entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.8. Arrendamentos--Continuação

incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros --Continuação

recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes.

Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.10. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos também nesse grupo. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de encerramento do exercício entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.10. Tributos--Continuação

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data de encerramento do exercício.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o exercício de mensuração ou reconhecido no resultado.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, a Companhia e suas controladas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais correntes líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, houver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.10. Tributos--Continuação

Tributos sobre as vendas

Despesas, passivos e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais individuais e consolidados.

3.11. Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente em consequência de eventos passados. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Contrato oneroso

A obrigação presente do contrato oneroso é reconhecida e mensurada como uma provisão. Um contrato oneroso é um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.11. Provisões--Continuação

contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Refere-se à passivo identificado como parte da combinação de negócios da EL Franchising Ltda. e da TL Franchising Ltda. referente ao acordo de não pagamento de royalties por determinadas empresas do grupo na data de aquisição pela MPM.

3.12. Receita de contrato com cliente

A Companhia e suas controladas atuam no ramo de prestação de serviços fisioterapêuticos na área de depilação a laser, estética facial e estética corporal. Devido à característica de suas atividades operacionais, a Companhia possui obrigações de desempenho, que se referem à realização das sessões de tratamento de depilação contratadas pelos clientes, mediante pacotes de serviços. A receita da prestação de serviços é reconhecida somente quando os serviços são prestados, que é caracterizado pelo cumprimento da obrigação de desempenho pela Companhia.

No momento da contratação desses serviços, as obrigações de desempenho relativo às sessões não estão cumpridas. Os montantes dos serviços a serem prestados são reconhecidos no passivo circulante, na conta de receita diferida, e são apropriados conforme a obrigação de desempenho é satisfeita.

A Administração exerce julgamento para determinar o prazo médio de satisfação das obrigações de desempenho e, conseqüentemente, o reconhecimento da receita. Os critérios de apropriação da receita estão descritos na Nota Explicativa 21.

Receita Diferida

A receita diferida consiste na obrigação de prestação de serviços a um cliente pelo qual a Companhia e suas controladas receberam uma contraprestação (ou um montante devido) deste cliente. Se o cliente efetuar pagamento de contraprestação antes dos serviços serem prestados pela Companhia ou suas controladas, uma receita diferida é reconhecida quando o pagamento for efetuado. As receitas diferidas são reconhecidas como receitas quando a Companhia e suas controladas cumprem as obrigações previstas no contrato.

Receita de royalties e taxa de franquia

As receitas da controlada EL Franchising correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de franquias e royalties realizadas no curso regular das atividades da Companhia, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos e descontos, incidentes sobre essas receitas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de vendas de franquias é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.12. Receita de contrato com cliente --Continuação

que benefícios econômicos futuros serão transferidos à Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando os treinamentos foram devidamente concedidos aos franqueados, transferindo assim o know-how.

As receitas são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. As receitas não faturadas entre a data do último faturamento até a data do balanço são reconhecidas no mês em que os serviços são prestados. As receitas de royalties são reconhecidas com base em percentual cobrado sobre as vendas efetuadas pelas franqueadas, independente da forma como essa venda será recebida, se à vista ou de forma parcelada, conforme acordo firmado com franqueados. As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (ISS) às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS.

3.13. Receitas (despesas) financeiras

Representam juros, variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

3.14. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, ao custo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47/IFRS 15.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.14. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--

Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); e
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).

A Companhia possui instrumentos financeiros ativos somente das categorias **custo amortizado e valor justo por meio do resultado**.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente contas a receber de clientes e partes relacionadas, classificados no ativo circulante e não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.14. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--

Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos financeiros derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.14. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--

Continuação

passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais, de acordo com a política vigente.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos ou deduzidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamento, conta a pagar a ex-acionistas, contas a pagar a partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.14. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--

Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48/IFRS 9. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC48/IFRS 9 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.14. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--

Continuação

pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo.

A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.15. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros.

A Companhia não aplica a contabilidade de hedge (hedge accounting) prevista no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.16. Dividendos

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

3.17. Participação dos empregados nos resultados

A Companhia possui obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados. Estas obrigações são provisionadas para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados no resultado ao longo do exercício a que se referem. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de custo dos serviços prestados, despesas com comercialização de serviços e despesas gerais e administrativas.

3.18. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

Funcionários (inclusive executivos seniores) da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada exercício de reporte, até que ele seja liquidado.

Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado.

Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota Explicativa 17) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em Reserva de Capital), ao longo do exercício em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (exercício de aquisição ou *vesting period*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.18. Transações envolvendo pagamento baseado em ações--Continuação

A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o exercício de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele exercício.

Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga.

Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito.

Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existem condições de serviço e/ou desempenho.

Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. Todas as outorgas realizadas pela Companhia até o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 são transações com títulos patrimoniais.

3.19. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.19. Lucro por ação--Continuação

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

3.20. Segmento operacional

Como forma de gestão dos negócios, a administração classificou suas operações em Laser (que representa 93% do total da Receita líquida de venda), Operação Internacional (3% do total) e Franquias (royalties) (4% do total). Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- Laser - corresponde substancialmente ao tratamento de depilação oferecido aos seus clientes nas lojas próprias através da marca "Espaçolaser";
- Operação Internacional – em dezembro 2025, possuímos operação de depilação a laser no Chile;
- Franquias (royalties) - por meio de sua controlada EL Franchising, esse segmento oferece aos potenciais investidores a oportunidade de se tornarem franqueados das marcas citadas acima, a rentabilidade desse segmento se dá substancialmente pela cobrança de royalties.

3.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram efetuadas alterações e revisões nos seguintes pronunciamentos, envolvendo os seguintes assuntos:

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) e CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.

3.22. Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

(a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras – O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, todas as despesas e receitas deverão estar

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.22. Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes—Continuação

classificadas entre: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas.

- (a) IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública – permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
- (b) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).
- (d) Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhum pronunciamento.

3.23. Amortização de custo de obtenção de novos contratos

Conforme o CPC 47 – Reconhecimento de receita a Companhia incluiu um novo componente em relação a remuneração variável no que tange às regras a partir do exercício de 2025, o programa busca alinhar os incentivos financeiros aos objetivos estratégicos da companhia e abrange Consultores(as) de Unidade, Especialistas do Laser, Fisioterapeutas e Gerentes de Unidade (GUs). O cálculo para atingimento do direito à Remuneração Variável, está estritamente atrelado à performance operacional. No momento do desembolso financeiro a Companhia reconhece a Remuneração Variável como uma Despesa Antecipada. Considerando que este gasto está intrinsecamente atrelado ao desempenho do faturamento das lojas e a receita da prestação de serviços é reconhecida somente quando os serviços são prestados (NE 4 – reconhecimento de receita), a parcela da Remuneração Variável correspondente à receita ainda não reconhecida no resultado, é mantida como Despesa Antecipada e apropriada ao resultado à medida que a receita é realizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.24. Reclassificação de valores correspondentes

Em 2025, a Companhia realizou reclassificações em saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para melhor refletir a natureza de suas operações e garantir a comparabilidade entre os períodos, sem prejuízo para a leitura dos usuários, conforme detalhado abaixo:

A Companhia revisou a classificação de suas despesas operacionais por função, visando uma melhor correlação com suas atividades. Como resultado, saldos originalmente reportados como "Despesas gerais e administrativas" foram reclassificados para "Despesas com vendas". O saldo de despesas com vendas em 31 de dezembro de 2024 passou de R\$ 7.885 para R\$ 69.413, enquanto as despesas administrativas passaram de R\$ 188.039 para R\$ 126.511. Além disso, os valores apresentados na demonstração de fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2024 referente a juros pagos sobre contratos de arrendamento foram reclassificados para o grupo de atividades operacionais no montante de R\$6.363. Essa alteração visa aprimorar a comparabilidade e não impacta o total das despesas operacionais, o lucro líquido ou o fluxo de caixa. O detalhamento por natureza permanece inalterado conforme nota explicativa 20.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota Explicativa 11.

Provisão para perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e controladas. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

contrato da Companhia estão divulgadas na Nota Explicativa 6.

Parte deste recebimento está intrinsecamente atrelado ao desempenho do faturamento das lojas e a receita da prestação de serviços é reconhecida somente quando os serviços são prestados (NE 4 – item reconhecimento de receita), a parcela da P.E.C.L.D. correspondente à receita ainda não reconhecida no resultado, é mantida como P.E.C.L.D. de Receita Diferida e apropriada ao resultado à medida que a receita é realizada.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o exercício de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária).

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os exercícios incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com exercícios cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos.

Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas—Continuação

ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

Reconhecimento de receita

Devido à característica de suas atividades operacionais, as controladas da Companhia possuem obrigações de desempenho, que se referem à realização das sessões de tratamento de depilação pelos clientes, mediante a contratação de pacotes de serviços. No momento da contratação desses serviços, as obrigações de desempenho relativo às sessões não estão cumpridas. A receita da prestação de serviços é reconhecida somente quando os serviços são prestados. A Companhia exerce julgamento para determinar o prazo em que a obrigação de desempenho é satisfeita. Para isso, a Administração efetuou estudos para determinar esse prazo, que combina padrões de utilização dos serviços pelos clientes. Quaisquer alterações significativas no prazo de utilização afetam de forma relevante o prazo de reconhecimento da receita de prestação de serviços.

Transações com pagamentos baseados em ações

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. Para a mensuração do valor justo de transações liquidadas com ações outorgadas a empregados na data de concessão, a Companhia utiliza o modelo Binomial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Caixa e equivalentes de caixa

Itens de caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixas e bancos	4.883	6	17.158	11.558
Aplicações financeiras	3.226	6.411	128.159	212.510
Total	8.109	6.417	145.317	224.068

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha R\$ 1.134 (R\$1.049 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado de saldos bancários denominados em pesos chilenos sobre o qual não há remuneração.

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Itens de aplicações financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CDB	3.226	6.411	117.618	196.972
Operação compromissada	-	-	-	12.356
Aplicação automática	-	-	10.541	3.182
Total	3.226	6.411	128.159	212.510

Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições de primeira linha, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras em CDB eram remuneradas a uma taxa entre 96,00% a 101,00% do CDI (100,00% a 103,15% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas ao valor total da transação e ajustadas pela provisão para perda de crédito esperada, se necessário.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Proveniente de vendas por meio de:		
Administradoras de cartões de crédito (a)	886.740	833.556
Taxa de franquias (b)	2.595	3.153
Serviços (royalties)	41.198	34.761
Taxa de Cartão (c)	(13.646)	(14.592)
Ajuste a Valor Presente	(6.130)	(10.108)
Provisão para perda de crédito esperada	(43.802)	(30.000)
Total	866.955	816.770
Ativo circulante	818.469	755.717
Ativo não circulante	48.486	61.053

(a) Vendas a prazo com cartões de crédito são recebidas em parcelas que não ultrapassam 18 meses;

(b) Taxa cobrada das franquias no momento de sua abertura ou renovação;

(c) Custo adicional aplicado a cada transação que é realizada usando um cartão de crédito ou débito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Contas a receber--Continuação

A idade do saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber pode ser demonstrada conforme segue:

Idades de vencimento	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	896.340	850.849
Títulos vencidos		
De 1 a 30 dias	15.788	11.752
De 31 a 90 dias	10.584	5.558
De 91 a 180 dias	5.134	896
De 181 a 360 dias	1.085	1.457
Acima de 361 dias	1.602	958
(-) Taxa de Cartão	(13.646)	(14.592)
(-) Ajuste a Valor Presente	(6.130)	(10.108)
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(43.802)	(30.000)
Total	866.955	816.770

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada no exercício foi:

	Consolidado
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(29.921)
Constituição de provisão	(1.484)
Recuperação de créditos vencidos	1.405
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(30.000)
Constituição de provisão	(19.599)
Recuperação de créditos vencidos	5.797
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	(43.802)

Ajuste a valor presente

A Companhia e suas controladas consideram a taxa Selic futura 12,25% a.a. + 1,50% a.a. (cotação indicativa de dívida de curto prazo) para o cálculo a valor presente dos recebíveis em aberto a longo prazo em 31 de dezembro de 2025 (12,25% a.a. + 4,50% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Investimentos

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos	786.706	1.104.041	-	-
Provisão para perda de investimentos	-	(3.469)	-	(3.469)
Total	786.706	1.100.572	-	(3.469)

A movimentação dos investimentos da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está representada abaixo:

Participação Direta	31/12/2024	Redução de Capital (a)	Equivalência	Amortização Mais-Valia	Venda de Participação (b)	Juros sobre capital próprio (c)	Dividendos (d)	Incorporação (e)	Outros resultados abrangentes e demais ajustes	31/12/2025
EL Franchising Ltda.	88.524	-	20.675	2.162	-	-	(20.675)	-	-	90.686
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	1.007.163	(316.296)	53.619	12	-	(24.000)	(26.938)	-	-	693.560
A LISA Depilação a Laser S.A.	292	-	(149)	-	-	-	-	-	-	143
Estudioface - Serviços Estéticos Ltda	(413)	-	869	-	-	-	-	(456)	-	-
EF Franchising Serviços Terapêuticos	672	-	(330)	-	-	-	-	(342)	-	-
El Commerce - Plataforma Digital	325	-	(147)	-	-	-	-	-	-	178
Cela - Clínica Estética Láser Alemán	7.478	-	(4.744)	(419)	-	-	-	-	(176)	2.139
HR-Arg S.A.	(3.469)	-	695	-	2.017	-	-	-	757	-
Total	1.100.572	(316.296)	70.488	1.755	2.017	(24.000)	(47.613)	(798)	581	786.706

- (a) Em 31 de outubro de 2025 a companhia aprovou por meio de ata de assembleia geral extraordinária, a redução do capital da Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A em R\$316.296
- (b) Em 23 de dezembro de 2025 a companhia alienou sua participação societária na operação HR-Arg S.A.
- (c) Em 31 de março, 30 de junho e 31 de dezembro de 2025, a MPM aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. à MPM Corpóreos S.A. nos valores de R\$ 10.000, R\$ 9.000 e R\$ 5.000, respectivamente.
- (d) Em 31 de dezembro de 2025 a companhia aprovou a distribuição de dividendos da EL Franchising Ltda e Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A para a MPM Corpóreos S.A nos respectivos valores: R\$20.675 e R\$26.938.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Investimentos—Continuação

- (e) Em 31 de outubro de 2025, foi deliberado e aprovado em AGE sobre a incorporação e acervo líquido das seguintes empresas: Estudioface – Serviços Estéticos Ltda R\$ 456 e EF Franchising Serviços Terapêuticos R\$ 342 pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., com base em laudo preparado por avaliadores independentes, a valores contábeis (incorporações realizadas dentro do mês de dezembro de 2025).

A movimentação do investimento da Companhia no exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 está representada abaixo:

Participação Direta	31/12/2023	Aumento / Redução de capital	Equivalência	Amortização Mais-Valia	Venda de Investimentos	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Efeito - Incorporações	Outros resultados abrangentes e demais ajustes	31/12/2024
EL Franchising Ltda.	157.522	-	33.630	(3.628)	-	(99.000)	-	-	88.524
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	1.377.982	(154.000)	54.251	11	-	(271.081)	-	-	1.007.163
A LISA Depilação a Laser S.A.	320	-	(28)	-	-	-	-	-	292
Estudioface - Serviços Estéticos Ltda	(1.974)	4.223	(2.662)	-	-	-	-	-	(413)
EF Franchising Serviços Terapêuticos	(3.318)	4.966	(976)	-	-	-	-	-	672
El Commerce - Plataforma Digital	(568)	735	158	-	-	-	-	-	325
Cela - Clínica Estética Láser Alemán	9.608	-	(1.686)	(421)	-	-	-	(23)	7.478
HR-Arg S.A.	(2.535)	-	2.055	-	-	-	-	(2.989)	(3.469)
TL Franchising Ltda.	(1)	-	-	-	-	-	1	-	-
Corpóreos Colômbia S.A.S.	4.153	227	-	-	(5.192)	-	-	812	-
APL Participações Societárias S.A.	49.117	-	-	-	-	-	(49.117)	-	-
Aut Estética S.A.	8.644	-	-	-	-	-	(8.644)	-	-
Total	1.598.950	(143.849)	84.742	(4.038)	(5.192)	(370.081)	(57.760)	(2.200)	1.100.572

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

7. Investimentos--Continuação

O quadro a seguir apresenta a movimentação ocorrida no exercício referente juros sobre capital próprio e dividendos, discriminando o saldo a receber no início do exercício, os valores deliberados, recebidos e eventuais saldos pendentes ao final do exercício:

Dividendos	Saldo em 31/12/2024	Recebimentos	Apropriações	Saldo em 31/12/2025
EL Franchising Ltda.	24.000	(24.000)	20.675	20.675
Apropriações	28.539	(28.539)	26.938	26.938
Total	52.539	(52.539)	47.613	47.613

	Saldo em 31/12/2024	JCP Apropriado	IR s/ JCP Apropriado	Recebimentos	Saldo em 31/12/2025
Juros Sobre Capital Próprio					
Corpóreos Serv. Terapêuticos S.A.	-	24.000	(3.600)	(20.400)	-

O sumário das demonstrações financeiras das empresas controladas, diretas e indiretas no consolidado estão apresentados a seguir:

31/12/2025	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
EL Franchising Ltda	44.569	4.200	24.821	515	23.433	20.675
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	948.992	1.091.310	587.655	759.054	693.593	53.619
A Lisa Depilação A Laser S.A.	944	254	525	-	673	(640)
EL Commerce	179	-	1	-	178	(147)
Cela - Clínica Estética Láser Alemán Ltda	12.930	9.836	19.942	11.299	(8.475)	(7.113)

31/12/2024	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
EL Franchising Ltda	38.667	13.735	27.699	1.270	23.433	33.630
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	970.246	1.088.258	615.476	435.820	1.007.208	54.251
A Lisa Depilação A Laser S.A.	1.332	304	443	-	1.193	(114)
Estudioface - Serviços Estéticos Ltda	665	-	1.073	5	(413)	(2.662)
EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda	708	68	105	-	671	(976)
EL Commerce	184	152	11	-	325	158
Cela - Clínica Estética Láser Alemán Ltda	13.372	15.913	23.032	7.352	(1.099)	(2.528)
TL Franchising Ltda	-	-	-	-	-	-
Corpóreos Colômbia S.A.S.	2.383	6.530	3.649	-	5.264	830

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

8. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a expectativa de vida útil dos bens, conforme indicada a seguir:

Consolidado											
	Benfeitorias propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Equipamentos de laser	Equipamento laser poder de terceiros	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Utensílios e equipamentos	Imóveis	Imobilizado em Andamento	Total imobilizado
Taxa de depreciação	4% a 20%	20%	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%	10%	20%	10%	25%		
Custo ou avaliação											
Saldos em 31 de dezembro de 2024	91.286	21.125	339.143	1.135	9.593	9.033	847	9.069	638	206	482.075
Adições	13.413	1.896	22.832	-	3.244	1.400	767	644	-	3.615	47.811
Transferência entre contas	571	-	699	(699)	951	177	-	-	-	(1.699)	-
Baixas	(4.163)	(143)	(5.889)	-	(527)	(554)	(606)	(34)	-	(237)	(12.153)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	101.107	22.878	356.785	436	13.261	10.056	1008	9.679	638	1.885	517.733
Depreciação											
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(18.408)	(11.819)	(156.949)	(581)	(4.554)	(5.028)	(242)	(4.867)	(150)	-	(202.598)
Depreciação do exercício	(6.112)	(3.603)	(37.491)	(37)	(993)	(1.129)	(103)	(1.091)	(26)	-	(50.585)
Transferência entre contas	-	-	(182)	182	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	1.584	70	5.058	-	382	411	322	18	-	-	7.845
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(22.936)	(15.352)	(189.564)	(436)	(5.165)	(5.746)	(23)	(5.940)	(176)	-	(245.338)
Valor líquido											
Saldos em 31 de dezembro de 2024	72.878	9.306	182.194	554	5.039	4.005	605	4.202	488	206	279.477
Saldos em 31 de dezembro de 2025	78.171	7.526	167.221	-	8.096	4.310	985	3.739	462	1.885	272.395

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

8. Imobilizado--Continuação

Consolidado

	Benfeitorias propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Equipamentos de laser	Equipamento laser poder de terceiros	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Utensílios e equipamentos	Imóveis	Imobilizado em Andamento	Total imobilizado
Taxa de depreciação	20% a 25%	20%	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%	10%	20%	10%	25%		
Custo ou avaliação											
Saldos em 31 de dezembro de 2023	86.779	21.053	338.923	1.135	8.530	8.193	1.251	9.090	638	-	475.592
Adições	8.266	2.533	10.687	-	1.724	970	77	24	-	206	24.487
Baixas	(3.759)	(2.461)	(10.467)	-	(661)	(130)	(481)	(45)	-	-	(18.004)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	91.286	21.125	339.143	1.135	9.593	9.033	847	9.069	638	206	482.075
Depreciação											
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(14.219)	(9.388)	(126.743)	(511)	(4.201)	(4.275)	(205)	(3.942)	(124)	-	(163.608)
Depreciação do exercício	(4.573)	(2.921)	(34.359)	(70)	(780)	(829)	(130)	(954)	(26)	-	(44.642)
Baixa	384	490	4.153	-	427	76	93	29	-	-	5.652
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(18.408)	(11.819)	(156.949)	(581)	(4.554)	(5.028)	(242)	(4.867)	(150)	-	(202.598)
Valor líquido											
Saldos em 31 de dezembro de 2023	72.560	11.665	212.180	624	4.329	3.918	1.046	5.148	514	-	311.984
Saldos em 31 de dezembro de 2024	72.878	9.306	182.194	554	5.039	4.005	605	4.202	488	206	279.477

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

9. Intangível

O saldo de intangível está composto da seguinte forma:

	Controladora			
	Licenças de uso	Software	Ágio por Rentabilidade Futura	Total Intangível
	20%	20%		
Taxa de amortização				
Custo ou Avaliação				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20	5	57.272	57.297
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20	5	57.272	57.297
Amortização				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(20)	(3)	-	(23)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(20)	(3)	-	(23)
Valor líquido				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	2	57.272	57.274
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	2	57.272	57.274

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

9. Intangível--Continuação

	Controladora			
	Licenças de uso	Software	Ágio por Rentabilidade Futura	Total Intangível
Taxa de amortização	20%	20%		
Custo ou Avaliação				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20	5	57.272	57.297
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20	5	57.272	57.297
Amortização				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(20)	(3)	-	(23)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(20)	(3)	-	(23)
Valor líquido				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	2	57.272	57.274
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	2	57.272	57.274

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

9. Intangível--Continuação

Consolidado								
	Licenças de uso	Software	Ponto Comercial	Intangível em desenvolvimento	Ágio por rentabilidade futura (a)	Mais-valia de contrato de franquia e não competição	Marca Espaçolaser (b)	Total intangível
	20%	20%	20%			20%	20%	
Taxa de Amortização								
Custo ou avaliação								
Saldos em 31 de dezembro de 2024	35.170	12.240	1.169	-	664.149	20.620	201.843	935.191
Adições	530	3.236	-	1.486	-	-	-	5.252
Transferência entre contas	-	893	-	(893)	-	-	-	-
Baixas	(747)	(36)	-	-	(6.929)	(172)	-	(7.884)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	34.953	16.333	1.169	593	657.220	20.448	201.843	932.559
Amortização								
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(25.790)	(6.246)	(234)	-	-	(16.753)	(95.958)	(144.981)
Amortização do exercício	(1.322)	(1.815)	(234)	-	-	(2.788)	(11.871)	(18.030)
Baixas	749	5	-	-	-	146	-	900
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(26.363)	(8.056)	(468)	-	-	(19.395)	(107.829)	(162.111)
Valor líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.380	5.994	935	-	664.149	3.867	105.885	790.210
Saldos em 31 de dezembro de 2025	8.590	8.277	701	593	657.220	1.053	94.014	770.448

(a) No exercício de 2025, a Companhia realizou a alienação de 4 (quatro) unidades operacionais, sendo duas localizadas em São Paulo e duas no Rio de Janeiro. Em decorrência dessa venda, foi efetuada a baixa proporcional do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) alocado a essas Unidades Geradoras de Caixa, no montante de R\$ 6.929.

(b) Refere-se a ativo identificado como parte da combinação de negócios da EL Franchising Ltda. E da TL Franchising Ltda., no montante de R\$201.843 referente à Marca Espaçolaser. A vida útil da Marca Espaçolaser é de 17 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

9. Intangível--Continuação

	Licenças de uso	Software	Ponto Comercial	Ágio por rentabilidade futura	Mais-valia de contrato de franquia e não competição	Marca Espaçolaser	Total intangível
Taxa de Amortização	20%	20%	20%				
Custo ou avaliação							
Saldos em 31 de dezembro de 2023	37.462	8.087	1.169	664.149	20.620	201.863	933.350
Adições	314	4.221	-	-	-	-	4.535
Baixas	(2.606)	(68)	-	-	-	(20)	(2.694)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	35.170	12.240	1.169	664.149	20.620	201.843	935.191
Amortização							
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(25.843)	(4.817)	-	-	(13.620)	(84.102)	(128.382)
Amortização do exercício	(1.983)	(1.461)	(234)	-	(3.133)	(11.871)	(18.682)
Baixas	2.036	32	-	-	-	15	2.083
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(25.790)	(6.246)	(234)	-	(16.753)	(95.958)	(144.981)
Valor líquido							
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.619	3.270	1.169	664.149	7.000	117.761	804.968
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.380	5.994	935	664.149	3.867	105.885	790.210

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

9. Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por valor recuperável, a taxa de amortização praticada é de 20% a.a.

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação de ativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O ágio adquirido por meio de combinação de negócios é alocado a cada uma das UGCs para teste de impairment.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo:

Unidades geradoras de caixa – Laser ("Espaçolaser") e Franquias ("EL")

As premissas abaixo foram utilizadas para todas as unidades geradoras de caixa segregadas para realização do Teste de *Impairment* entre UGC Espaçolaser (valor do ágio R\$ 649.204) e UGC EL (valor do ágio R\$ 8.016).

- (i) Taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro – 14,26% a.a. (15,6% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Segundo a avaliação da Administração, este é um percentual que reflete o custo de capital ponderado;
- (ii) Projeção de fluxo de caixa para 5 anos com taxa de crescimento de longo prazo (após 5 anos) de 3,0% a.a. (3,0% a.a. em 31 de dezembro de 2024);
- (iii) Crescimento de receita: no período de 2026 a 2030, a taxa de crescimento da receita de em média 7,92% a.a. (5,7% a.a. em 31 de dezembro de 2024) foi estimada com base no histórico de vendas para cada loja e no potencial de crescimento para cada região;
- (iv) Evolução do resultado operacional: leva em consideração a margem histórica da empresa, estimativa de inflação dos principais custos e despesas e dissídio trabalhista; e
- (v) Investimentos: considerados investimentos necessários para a captação de novos clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

9. Intangível--Continuação

Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do recuperável é mais sensível às seguintes premissas:

- (i) Taxa de desconto; e
- (ii) Crescimento na perpetuidade.

Taxa de desconto

A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado.

Crescimento na perpetuidade

A estimativa foi baseada principalmente em:

- (i) Resultados históricos obtidos pela Companhia e suas controladas;
- (ii) Expectativa de crescimento orgânico em função de aumento de volumetria das operações atuais e reajuste de preço com base na inflação projetada (IPCA do período);

Não houve registro de perdas por *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

10. Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de diversos imóveis, que são utilizados para a prestação dos serviços de depilação de seus clientes. Os prazos de arrendamento desses imóveis variam entre 2 a 5 anos (sendo que a maioria dos contratos, apresentam o prazo de 5 anos). As obrigações da Companhia e suas controladas nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Existem vários contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e de rescisão, além de pagamentos variáveis de arrendamento.

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso de imóveis reconhecidos e as movimentações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

		Consolidado
Ativo		31/12/2025
Saldo inicial 1º de janeiro 2025		80.359
Adições		72
Baixas		(1.438)
Amortização		(32.184)
Renovações / Remensurações		23.560
Saldo em 31 de dezembro de 2025		70.369
		Consolidado
Ativo		31/12/2024
Saldo inicial 1º de janeiro 2024		89.116
Baixas		(1.855)
Amortização		(35.222)
Renovações / Remensurações		28.320
Saldo em 31 de dezembro de 2024		80.359

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

10. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante os findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Passivo	Arrendamento
Saldo inicial 1º de janeiro 2025	88.134
Adições	72
Juros	8.959
Renovações / Remensurações	23.560
Baixas	(1.854)
Pagamentos	(40.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	78.436
Circulante	32.608
Não circulante	45.828
Passivo	Arrendamento
Saldo inicial 1º de janeiro 2024	94.146
Juros	8.254
Renovações / Remensurações	28.320
Baixas	(1.781)
Pagamentos	(40.805)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	88.134
Circulante	30.775
Não circulante	57.359

Não há contratos de arrendamento firmados pela Controladora.

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamento não circulante é como segue:

Ano	Total Consolidado
2027	20.059
2028	15.844
2029	7.839
2030	2.078
2031	8
Total	45.828

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

10. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Parte dos contratos de arrendamento da Companhia e suas controladas são baseados em pagamentos variáveis (normalmente um percentual sobre o faturamento das lojas).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas relativas a pagamentos de aluguéis variáveis totalizaram R\$ 4.058 no consolidado (R\$ 3.936 em 31 de dezembro de 2024).

Informações adicionais - Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019

Para efetuar o desconto a valor presente de arrendamentos a pagar, a Companhia e suas controladas utilizaram a taxa de juros incremental nominal. Os contratos de arrendamento das controladas têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários. Para atender as orientações da CVM, em seu Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019, as controladas calcularam para fins de divulgação os saldos de arrendamento considerando a taxas de juros incremental real. Nesse cálculo, o saldo do passivo foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporando a inflação futura projetada e descontando pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal. A comparação dos saldos de arrendamentos descontados pela taxa de juros nominal (contabilizado) e taxa de juros real está abaixo demonstrada, na data-base de 31 de dezembro de 2025. O cenário 1 considera a projeção do fluxo com inflação, e o cenário 2 considera a projeção do fluxo sem inflação (CPC 06 (R2) IFRS 16/IFRS 16):

	Cenário	Taxa (% a.a.)	Total
Ativo por direito de uso	1 - c/ inflação	6,7% a 19,5%	156.242
Ativo por direito de uso	2 - CPC 06 R2	4,8% a 13,6%	103.091
Passivo de arrendamento	1 - c/ inflação	6,7% a 19,5%	(196.020)
Passivo de arrendamento	2 - CPC 06 R2	4,8% a 13,6%	(174.597)
Encargos financeiros	1 - c/ inflação	6,7% a 19,5%	(15.146)
Encargos financeiros	2 - CPC 06 R2	4,8% a 13,6%	(13.446)
Despesa de depreciação	1 - c/ inflação	6,7% a 19,5%	76.676
Despesa de depreciação	2 - CPC 06 R2	4,8% a 13,6%	69.512
Total de despesa	1 - c/ inflação	6,7% a 19,5%	61.530
Total de despesa	2 - CPC 06 R2	4,8% a 13,6%	56.066

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

				Controladora				
				31/12/2025		31/12/2024		
				Não		Total		
Modalidade	Taxa			Circulante	circulante	Total	Total	
Consórcio de Bancos (a)	Debêntures	CDI + 4,50% a.a.		-	-	-	333.266	
Safrá (b)	Nota de Crédito	CDI + 4,50% a.a.		-	-	-	25.096	
Total				-	-	-	358.362	

				Consolidado				
				31/12/2025		31/12/2024		
				Não		Total		
Em moeda local	Modalidade	Vencimento	Taxa	Circulante	circulante	Total	Total	
Consórcio de Bancos (a)	Debêntures	Out/30	CDI + 3.25% a.a.	-	553.339	553.339	718.741	
Safrá (b)	Nota de Crédito	Fev/29	CDI + 4.50% a.a.	-	-	-	25.096	
Banco do Brasil (c)	CCB	Out/28	CDI + 2,92% a.a.	9.262	17.030	26.292	27.190	
Caixa Econômica Federal (d)	CCB	Jan/28	CDI + 2,80% a.a.	6.752	7.987	14.739	-	
Banco BTG Pactual (e)	Nota de Crédito	Set/30	CDI + 2,95% a.a.	4.662	63.434	68.096	-	
Em moeda estrangeira								
Banco Santander e Outros	Capital de Giro	Ago/27	3,50% a 10,68%	2.429	9.347	11.776	4.545	
Serviços Financieros Spa e Outros	Leasing Financeiro	Jun/27	5,12% a 6,56% a.a.	238	119	357	1.100	
Total				23.343	651.256	674.599	776.672	

- (a) Em outubro de 2025, a Companhia renegociou seus passivos financeiros mediante a liquidação da 2ª Emissão de Debêntures da Corpóreos – Serviços Terapêuticos S.A. e da 3ª Emissão de Debêntures da MPM Corpóreos S/A no valor de 659 milhões e contratou a 1ª Emissão de Nota Comercial junto ao banco BTG no valor de 70 milhões e a 3ª Emissão de Debêntures no valor de 593 milhões, ambas da Corpóreos – Serviços Terapêuticos S.A. Essa operação, conduzida com o objetivo de alongar o vencimento da dívida e otimizar a estrutura de capital, do valor total 82,8% do valor da dívida foi contabilizada como uma modificação e o restante considerado como uma nova dívida (conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros item B3.3.6) e não como uma extinção, uma vez que a análise qualitativa da base de credores e o teste quantitativo dos fluxos de caixa demonstraram que não houve alteração substancial nos termos originais, mantendo-se a variação abaixo do parâmetro de 10% exigido pela norma. Em decorrência dessa classificação, o passivo original foi mantido e ajustado, sendo que tanto os custos de transação remanescentes quanto os novos custos incorridos foram incorporados ao valor contábil para amortização futura pelo método da taxa de juros efetiva (6,88% a.a.), enquanto os prêmios pagos pela liquidação antecipada foram reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. O instrumento prevê o cumprimento do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA de 2,5x. Em 31 de dezembro de 2025, o índice apurado foi de 1,78x, cumprindo integralmente as condições estabelecidas.
- (b) Em 20 de outubro de 2025, a Companhia MPM Corpóreos S.A. efetuou a liquidação antecipada da totalidade do saldo remanescente da Nota Comercial Escritural mantida junto ao Banco Safrá.
- (c) Em 18 de outubro de 2024, a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. celebrou um contrato de financiamento de R\$ 30.000 junto ao Banco do Brasil com o prazo de 4 anos e 1 ano de carência do principal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

- (d) Em 24 de janeiro de 2025, a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. celebrou um contrato de financiamento de R\$ 15.000 junto à Caixa Econômica Federal com o prazo de 3 anos do principal, essa operação alonga nosso perfil de vencimento e reduz o custo da dívida corporativa.
- (e) Em 30 de setembro de 2025, a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. celebrou um contrato de R\$ 70.000 junto ao Banco BTG Pactual S.A. com o prazo de 5 anos e 1 ano de carência do principal, essa operação alonga nosso perfil de vencimento e reduz o custo da dívida corporativa.

O cronograma de vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures não circulantes é conforme a seguir:

Ano	Consolidado
	Valor
2027	130.955
2028	128.240
2029	160.121
2030	231.943
Total	651.259

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A seguir é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Controladora

	Em 31 de dezembro de 2024	Pagamento de principal	Custo de Emissão Pago	Custo de Emissão - Transferência	Custo de Emissão - Apropriação	Juros pagos	Juros provisionados	Em 31 de dezembro de 2025
Empréstimos e financiamentos	25.096	(25.000)	(1.798)	-	2.152	(3.802)	3.352	-
Debêntures	333.266	(346.500)	(4.593)	11.321	12.679	(54.721)	48.548	-
Total	358.362	(371.500)	(6.391)	11.321	14.831	(58.523)	51.900	-

	Em 31 de dezembro de 2023	Pagamento de principal	Custo de Emissão pago	Custo de Emissão - Apropriação	Juros pagos	Novas captações	Juros provisionados	Em 31 de dezembro de 2024
Empréstimos e financiamentos	117.983	(118.356)	(425)	797	(5.809)	25.000	5.789	24.979
Debêntures	565.834	(568.875)	(17.169)	3.866	(53.728)	346.500	56.955	333.383
Total	683.817	(687.231)	(17.594)	4.663	(59.537)	371.500	62.744	358.362

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Consolidado

	Em 31 de dezembro de 2024	Pagamento de principal	Custo de Emissão - Pago	Custo de Emissão - Apropriação	Juros pagos	Ganho Repactuação da Dívida	Novas captações (*)	Juros provisionados	Variação cambial	Em 31 de dezembro de 2025
Empréstimos e financiamentos	57.933	(36.210)	(4.297)	3.154	(14.731)	-	101.103	14.691	(382)	121.261
Debêntures	718.739	(733.000)	(25.923)	20.332	(115.759)	(23.883)	593.000	119.832	-	553.338
Total	776.672	(769.210)	(30.220)	23.486	(130.490)	(23.883)	694.103	134.523	(382)	674.599

	Em 31 de dezembro de 2023	Pagamento de principal	Custo de Emissão - Pago	Custo de Emissão - Apropriação	Juros pagos	Novas captações	Juros provisionados	Variação cambial	Baixa Colômbia	Em 31 de dezembro de 2024
Empréstimos e financiamentos	209.038	(221.749)	(3.586)	1.097	(17.607)	81.078	10.231	462	(1.147)	57.817
Debêntures	565.834	(568.875)	(26.663)	5.448	(94.320)	733.000	104.431	-	-	718.855
Total	774.872	(790.624)	(30.249)	6.545	(111.927)	814.078	114.662	462	(1.147)	776.672

(*) Veja notas "(b)", "(d)", "(e)" e "(f)" acima.

12. Provisões para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas eram partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais (incluído em outros ativos). As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais.

A movimentação da provisão para 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

Movimentações das Provisões	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributário	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.354	986	28	7.368
Adições de novos processos e revisão de estimativa	10.773	19.287	995	31.055
Reversão provisão por encerramento de processos	(873)	(1.651)	(2)	(2.526)
Pagamentos	(9.460)	(8.882)	-	(18.342)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.794	9.740	1.021	17.555

Os processos classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda "possível" totalizam R\$ 29.244 (R\$ 28.193 em 31 de dezembro de 2024), e tem como natureza processos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

13. Plano de remuneração baseado em ações

Terceiro programa

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de julho de 2021 foi aprovado o terceiro programa de remuneração baseada em ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019.

Quarto programa

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de julho de 2022 foi aprovado o quarto programa de remuneração baseada em ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019.

Plano de ações restritas

Em 15 de maio de 2025 e 27 de outubro de 2025, foram outorgados Planos de Ações Restritas (RSU), no âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia.

Abaixo demonstramos a quantidade de ações a entregar e a abertura por outorga:

Tipo do Plano	Outorga	Valor Justo na Outorga	Plano de Opções (em quantidade)
3ºProgramaSOP	01/07/2021	3,98 até 7,34	201.191
4ºProgramaSOP	01/07/2022	0,76 até 1,02	1.235.383
Total Plano de ações			1.436.574

Tipo do Plano	Outorga	Valor Justo na Outorga	RSU (em quantidade)
RSU 2024	15/05/2025	0,94	1.842.019
RSU 2025	27/10/2025	1,13	3.492.100
Total Plano de ações			5.334.119

	Plano de Opções	RSU
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.622.885	-
Cancelamento das opções de ações	(2.186.311)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.436.574	-
Outorga - Plano de ações restritas	-	5.334.119
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.436.574	5.334.119

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

13. Plano de remuneração baseado em ações--Continuação

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações dos modelos utilizados na data de outorga:

	Outorgas de 2025 - RSU	Outorgas de 2022	Outorgas de 2021
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	0,94 até 1,13	0,76 até 1,02	3,98 até 7,34
Taxa de retorno livre de risco (%)	-	12.7%	4.4%
Prazo de vida esperado das opções	01/07/2028	30/06/2027	30/06/2026
Modelo utilizado	-	Binomial	Binomial

A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2025, a despesa no montante de R\$3.084 (Reversão de despesa no montante de (R\$ 1.716) em 31 de dezembro de 2024, proveniente das prescrições de opções (quando o beneficiário perde o direito ao ILP antes de atingir o prazo de carência) relacionadas à saída de executivos da Companhia de 2024).

14. Impostos e contribuições a pagar

Itens de Impostos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ISS a recolher	-	-	31.909	40.704
COFINS a recolher	31	1.762	23.579	20.431
IRPJ a recolher	-	42	3.382	4.100
CSSL a recolher	16	2	670	864
PIS a recolher	5	382	5.118	4.433
IRRF a recolher	7	13	4.894	5.166
Outros impostos a recolher	-	-	131	57
Total	59	2.201	69.683	75.755
Circulante	59	2.201	69.575	75.656
Não circulante	-	-	108	99

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	35.889	18.531
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	(12.202)	(6.301)
Ajustes permanentes	(550)	(918)
Equivalência Patrimonial	236	699
Empresas com tributação no lucro presumido e Chile	951	5.060
Diferido não constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa	(10.768)	(27.782)
Juros sobre Capital Próprio	-	7.820
Ágio Lojas vendidas	(1.651)	-
Outros	1.253	4.539
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(22.731)	(16.883)
Alíquota efetiva	63,33%	91,11%

14.1. Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

a) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

14. Impostos e contribuições a pagar--Continuação

Diferenças temporárias	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento Mercantil	2.640	2.298
Provisão para perda de créditos esperada	8.941	6.377
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	29.917	19.529
Provisão Participação nos Resultados	2.416	2.261
Provisões Contingências	3.279	2.104
Provisões Cartões de crédito	2.866	3.202
Provisão ISS s/ receita diferida	9.456	12.481
AVP - Contas a receber	1.287	2.217
Mais valia	(453)	2.853
Provisão PIS / COFINS	7.204	5.646
Repactuação de Dívida	(8.120)	-
Amortização ágio fiscal (a)	(60.584)	(41.174)
Outros Efeitos	5.679	6.437
Total de IR e CS diferidos	4.528	24.231

(a) Conforme amortização do ágio (diferido passivo).

14.1. Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

Movimentação Imposto Diferido

Saldo em 31/12/2023	35.744
Adições	19.609
Baixas	(31.122)
Saldo em 31/12/2024	24.231
Adições	13.557
Baixas	(33.260)
Saldo em 31/12/2025	4.528

Demonstramos abaixo o saldo de imposto diferido ativo que não foi reconhecido no balanço:

Diferido não reconhecido no balanço	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Base	Efeito Tributário	Valor Base	Efeito Tributário
Ativos fiscais	108.941	37.040	96.439	32.789
Prejuízo fiscais acumulados	252.610	85.887	233.442	79.371
Total	361.551	122.927	329.881	112.160

Δ Efeito Tributário 2025 x 2024 = 10.768 (b)

- (b) A MPM Corpóreos S.A. apresenta prejuízo fiscal e base negativa que não prescreve, conforme legislação tributária vigente. O Diferido Ativo sobre prejuízo fiscal, no montante de R\$ 6.517, não foi reconhecido pois não há evidência que pudesse indicar sua recuperabilidade em um futuro próximo. Adicionalmente, o Diferido Ativo sobre as diferenças temporárias, no montante de R\$ 4.251, igualmente, não foi reconhecido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

14. Impostos e contribuições a pagar--Continuação

Demonstramos abaixo a movimentação das Diferenças Temporárias, Ágio e Prejuízo Fiscal:

Movimentação	Diferenças Temporárias	Ágio	Prejuízo Fiscal	Total
Saldo em 31/12/2024	47.484	(41.174)	17.921	24.231
Adições	20.971	(19.410)	11.996	13.557
Baixas	(33.260)	-	-	(33.260)
Saldo em 31/12/2025	35.195	(60.584)	29.917	4.528

b) Prejuízo fiscal, base negativa e Diferido Temporário Ativo

A controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseadas na evolução do resultado operacional descontado a valor presente.

A expectativa da Administração da Companhia de realização dos créditos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31/12/2025	65.112	(60.584)	4.528
2026	(34.640)	(20.586)	(55.226)
2027	(10.078)	(20.587)	(30.665)
2028	(17.661)	-	(17.661)
2029	(2.983)	-	(2.983)
2030	250	-	250
Saldo final	-	(101.757)	(101.757)

14.2. Tributos a recuperar

Itens de Tributos a recuperar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Antecipação IRPJ	-	-	3.396	14.084
Antecipação CSLL	-	-	1.253	5.470
IRPJ / IRRF a recuperar	5.312	4.981	10.421	9.788
COFINS a recuperar	-	-	57	57
CSLL a recuperar	-	-	8	155
PIS a recuperar	-	-	12	12
IR / CS - Saldo negativo	4.208	-	5.341	6.637
Outros Impostos a recuperar	-	3.206	8.324	8.977
Total	9.520	8.187	28.812	45.180

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

15. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são oriundas majoritariamente com transações que a Companhia mantém com suas controladas ou com outras entidades relacionadas.

Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo valores, termos e condições acordadas entre as partes.

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não circulante		
Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A. (a)	43.018	4.999
Total	43.018	4.999

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante		
Associação Nacional das Franquias da Marca Espaçolaser Ltda (b)	-	3.847
Total	-	3.847

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante		
Associação Nacional Das Franquias Da Marca Espaçolaser Ltda (c)	-	5.760
HR - ARG. S.A. (d)	-	6.272
Total	-	12.032

- (a) O montante de R\$ 43.018 é composto pelo saldo residual de 2024, de R\$ 4.999, acrescido dos aportes realizados em fevereiro (R\$ 32.000) e agosto (R\$ 5.000), referentes à liquidação de juros e principal da 3ª Emissão de Debêntures. Durante o quarto trimestre de 2025, a movimentação consistiu em um novo mútuo de R\$ 13.525 em outubro, compensado parcialmente em dezembro por: (i) abatimento de R\$ 11.709 relativo a custos de transação na reestruturação de debêntures; e (ii) liquidação de R\$ 796 decorrente de reorganização societária (incorporações de subsidiárias).
- (b) Ao longo de 2025, o saldo de créditos junto ao Fundo Promocional de Propaganda (FPP) foi integralmente liquidado mediante abatimento nos repasses de verbas de marketing à Associação Nacional das Franquias da Marca Espaçolaser Ltda.
- (c) Ao longo de 2025 foram realizadas as quitações dos saldos entre partes relacionadas da EL Franchising e da Afrael, sendo a liquidação total concluída em 11 de setembro de 2025.
- (d) Em 23 de dezembro de 2025, a Companhia alienou a totalidade de sua participação societária na HR - ARG. S.A. Com isso, o saldo de royalties devido pela entidade à EL Franchising Ltda. foi renegociado. O montante, anteriormente classificado como transação entre partes relacionadas foram reclassificados para a rubrica de outros ativos no montante de R\$ 7.626.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

15. Partes relacionadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía os seguintes saldos com partes relacionadas:

Passivo circulante	31/12/2025	31/12/2024
Prontomed - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.	1.806	1.745
PJM Serviços Empresariais Ltda.	45	44
Total	1.851	1.789
 Resultado - Consolidado	 31/12/2025	 31/12/2024
<i>Despesas</i>		
Prontomed – Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.	10.195	9.082
PJM Serviços Empresariais	485	480
M.G.F.B.L. Sociedade de Advogados	1.176	1.185
<i>Receita</i>		
Associação Nacional das Franquias da Marca Espacolaser Ltda	-	(3.847)
Total	11.856	6.900

As despesas relativas à remuneração do pessoal da Administração (diretoria executiva, administradores e conselheiros) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram como segue:

Itens da Remuneração da Administração	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração	14.265	10.608
Encargos e benefícios	2.084	1.912
Total	16.349	12.520

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

16. Fornecedores

Itens de fornecedores	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais (a)	25.269	27.841
Fornecedores nacionais - Vydence (b)	1.164	2.372
Fornecedores nacionais - Skintec (b)	34	4.058
Total	26.467	34.271

(a) O saldo de fornecedores nacionais é composto por manutenção de equipamentos, predial e outros;

(b) A Skintec e a Vydence representam os principais fornecedores de peças e máquinas para Espaçolaser. Atualmente, a Vydence é o principal fornecedor na aquisição de resfriadores.

A Companhia não adota a operação de risco sacado (antecipação de recebíveis com fornecedores).

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, sem considerar os custos com a oferta pública de ações, era de R\$1.483.831 (R\$1.483.831 em 31 de dezembro de 2024) composto por 361.423.066 ações ordinárias (idem em 31 de dezembro de 2024) nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas. A distribuição das ações em 31 de dezembro de 2025 pode ser assim representada:

Composição acionária	Ações		Participação	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Acionistas controladores, administradores e beneficiários do plano de pagamento baseado em Ações	172.019.947	172.102.641	47,6%	47,6%
Ações em circulação	187.059.438	189.319.744	51,8%	52,4%
Ações em tesouraria (d)	2.343.681	681	0,6%	0,0%
Total	361.423.066	361.423.066	100%	100%

Não ocorreram movimentações a serem demonstradas do capital social e da quantidade de ações ordinárias, conforme abaixo:

Saldos em 31 dezembro	Ações	Capital Social (em R\$)
2024	361.423.066	1.483.831
2025	361.423.066	1.483.831

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

17. Patrimônio Líquido--Continuação

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequado.

b) Reserva de Capital

A reserva de capital representa acréscimos efetivos aos ativos da Companhia que não foram originados dos lucros auferidos em suas operações, por não representarem efeitos de seus próprios esforços, mas assim de contribuições de acionistas para o patrimônio líquido da Companhia com o fim de propiciar recursos para o capital e que poderá ser utilizado para futuro aumento de capital.

A reserva de ágio na subscrição de ações, refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumentar o capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendos cumulativos a ações ordinárias.

A Sociedade possui plano baseado em ações que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias (vide nota explicativa 15).

c) Reserva Legal

De acordo com o estatuto social da companhia, a reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social

d) Recompra de Ações

O Conselho de Administração da MPM Corpóreos S.A., nos termos do 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e da regulamentação da CVM, em especial a Resolução CVM n.º 44, de 23 de agosto de 2021, e a Resolução CVM n.º 77, de 29 de março de 2022, realizou a aprovação do Programa de Recompra de Ações, autorizando a aquisição, pela Companhia de ações de sua emissão ("Programa de Recompra").

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 2.343.681 ações em tesouraria com o custo médio de 1,02. Esse saldo reflete as movimentações ocorridas ao longo do exercício, que incluíram a recompra de ações, alienações em mercado e distribuições vinculadas aos planos de incentivo de longo prazo baseados em ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

17. Patrimônio líquido—Continuação

Nos termos aprovados pelo Conselho de Administração, o Programa de Recompra, que terá vigência de até 18 meses, prevê a aquisição em bolsa, a preços de mercado, de até 5 milhões ações ordinárias de emissão da Companhia.

A última Recompra de Ações, até o momento, ocorreu em janeiro/2026.

e) Reserva de Lucros a Realizar

Em 16 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou, por meio de ata de reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos do saldo de reserva de lucros a realizar no valor de R\$ 10.000.

f) Dividendos Mínimos Obrigatórios

De acordo com o estatuto social da companhia, declaramos a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% no valor de R\$ 3.500.

g) Reserva para Investimento

De acordo com o estatuto social da companhia, após a constituição da reserva legal e dividendos obrigatórios, o saldo é alocado na reserva para investimento.

h) Outros Resultados Abrangentes

As variações cambiais dos investimentos provenientes das operações no exterior são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (conta específica do patrimônio líquido).

18. Receita líquida de serviços prestados

Itens da receita líquida de serviços prestados	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Serviços prestados	1.382.737	1.313.275
Royalties	47.636	42.233
Taxa de franquia	3.175	2.865
Total receita	1.433.548	1.358.373
Impostos sobre vendas	(166.091)	(175.080)
Cancelamentos	(179.084)	(150.160)
Descontos Concedidos	4.612	(3.362)
Total da receita operacional líquida	1.092.985	1.029.771

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

18. Receita líquida de serviços prestados —Continuação

18.1. Contratos de Prestação de Serviço de Depilação

Itens de contratos de prestação de serviço de depilação	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber (a)	866.955	816.770
Receita diferida (b) e (c)	345.769	313.252

- (a) As contas a receber não estão sujeitas a juros e são negociadas em termos de pagamento que não ultrapassam 18 meses. Para maiores informações vide nota explicativa nº 6.
- (b) O valor de receita diferida representa o saldo de contratos assinados cujos serviço serão prestados ao longo do contrato. Através da utilização de estudos realizados pela Administração e baseado em laudo de um especialista estatístico, a receita (e suas contrapartidas, quando aplicável) são reconhecidas no resultado do exercício da seguinte forma: (i) 90% do valor do contrato firmado é reconhecido em 180 dias (exercício médio de realização de até cinco sessões de tratamento) de forma linear e registrados pelo critério pro rata dia; e, posteriormente, (ii) 10% do valor do contrato firmado é reconhecido em 150 dias corridos (para eventuais manutenções necessárias). Dessa forma, a receita total é reconhecida durante os 11 meses subsequentes à assinatura do contrato. Em 2025 atualizamos o estudo e obtivemos os resultados próximos aos anteriores corroborando com o modelo atual de reconhecimento de receita atual.
- (c) O montante de P.E.C.L.D. atrelado a receita diferida constituído no resultado do ano de 2025 foi de R\$ 5.830, e saldo de P.E.C.L.D. a realizar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$16.399.

18.2. Obrigações de performance

A obrigação de desempenho dos contratos firmados pela Companhia e suas controladas refere-se à prestação dos serviços aos clientes. Dessa forma, para cada tipo de operação há um preço estipulado no contrato - preço de venda individual estabelecido em contrato, não havendo previsão de valores variáveis a serem considerados. O preço de venda individual é estabelecido no início do contrato, caracterizando o preço pelo qual as entidades prestam serviços aos clientes. A obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo, e a contraprestação é devida no momento que cliente assina o contrato de prestação de serviço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

19. Custo dos serviços prestados

Itens de custo de serviços prestados	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(376.103)	(359.403)
Custo Total de Ocupação (a)	(70.318)	(70.634)
Custos Indiretos (b)	(142.992)	(123.085)
Custos operacionais (c)	(45.244)	(50.261)
Depreciação e amortização	(70.208)	(65.620)
Comissões cartões de crédito	(15.385)	(15.631)
Total custo dos serviços prestados	(720.250)	(684.634)

- (a) O custo de ocupação é composto, principalmente, pelos custos com as estruturas físicas das lojas. Por exemplo, aluguel, energia elétrica, telefone e internet.
- (b) Os custos indiretos são compostos, principalmente, pelos custos que não interferem diretamente na prestação do serviço. Por exemplo, seguros, incentivos de vendas e limpeza.
- (c) Os custos operacionais são compostos, principalmente, pelos custos de aplicação do serviço. Por exemplo, material aplicado (insumos e gás), uniformes e manutenção das máquinas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

20. Despesas por natureza

Itens de despesas por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
				Reclassificado
Propaganda, publicidade e telemarketing	-	-	(4.997)	(6.999)
Salários e benefícios a empregados	(3.073)	1.334	(109.415)	(101.426)
Ocupação, Manutenção e Operacionais	-	-	(5.858)	(4.657)
Tecnologia, assessoria e serviços gerais	(1.247)	(1.886)	(33.017)	(28.457)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	(8.158)	(1.484)
Amortização contrato oneroso	-	-	14.032	8.242
Depreciação e amortização	(113)	(114)	(32.261)	(30.610)
Outras (despesas) e receitas	(332)	(559)	(24.857)	(30.533)
Total despesas gerais, administrativas e vendas	(4.765)	(1.225)	(204.531)	(195.924)
Despesas com vendas (a)	-	-	(62.868)	(69.413)
Despesas gerais e administrativas (a)	(4.765)	(1.225)	(141.663)	(126.511)
Total	(4.765)	(1.225)	(204.531)	(195.924)

(a) Vide NE 3.24 - Reclassificação de valores correspondentes

21. Resultado financeiro

Itens de resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com juros	(51.900)	(62.743)	(134.523)	(114.663)
Despesas com IOF	(25)	(3.308)	(2.635)	(3.368)
Despesas bancárias	(238)	(32)	(2.835)	(2.812)
Despesa com ajuste a valor presente	-	-	-	(1.048)
Juros de Arrendamento	-	-	(9.687)	(10.416)
Perdas cambiais e swap	-	(269)	(6.774)	(3.868)
Atualização monetária passiva	-	-	(82)	(127)
IR s/ operação financeira	-	(499)	(142)	(1.075)
Outras despesas financeiras	(17.058)	(8.103)	(8.790)	(14.880)
Total despesas financeiras	(69.221)	(74.954)	(165.468)	(152.257)
Rendimentos s/ aplicação financeira	1.599	2.939	21.597	16.881
Ganhos cambiais	50	214	50	214
Atualização monetária ativa	1.048	58	4.792	804
Receita com ajuste a valor presente	-	-	2.739	-
Outras receitas financeiras	-	-	514	2.840
Total receitas financeiras	2.697	3.211	29.692	20.739
Resultado financeiro líquido	(66.524)	(71.743)	(135.776)	(131.518)

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

22. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Lucro básico por ação ordinária	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	15.676	2.518
Média ponderada do número de ações ordinárias	360.508	361.423
Lucro básico por ação - R\$	0,0435	0,0070
Lucro diluído por ação ordinária	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	15.676	2.518
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	365.842	361.423
Lucro diluído por ação - R\$	0,0428	0,0070

Em 15 de Maio de 2025 e 27 de outubro de 2025, foram outorgados planos de ações restritas (RSU) cujos detalhes estão descritos na Nota Explicativa 15 e é o único instrumento financeiro que proporciona diluição do resultado por ação.

Com relação ao plano de remuneração baseado em ações, que são conversíveis em ações ordinárias, cujos detalhes estão descritos na Nota Explicativa 15, considerando que o valor justo das ações ordinárias da Companhia durante o exercício foi menor que o valor de exercício das opções, o plano de remuneração não proporcionou um efeito dilutivo em 31 de dezembro de 2025, e por isso não foi considerado no cálculo acima demonstrado para o exercício findo naquela data.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

23. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em aberto em cada data-base são os seguintes:

Itens de Instrumentos Financeiros	Classificação	Hierarquia Valor justo	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Nível 2	8.109	6.417	145.317	224.068
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	Nível 2	-	-	866.955	816.770
Contas a receber com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	-	-	-	15.879
Total			8.109	6.417	1.012.272	1.056.717
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	59	914	26.467	34.271
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	Nível 2	-	358.362	674.599	776.672
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	-	-	78.436	88.134
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	43.018	4.999	1.851	1.789
Total			43.077	364.275	781.353	900.866

Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante os exercícios mencionados.

Análise sensibilidade

Apresentamos, a seguir, um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Itens da análise	Risco	31/12/2025	Taxa	Resultado financeiro		
				Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	128.159	CDI	17.173	21.466	25.760
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(674.599)	CDI	(90.396)	(112.995)	(135.594)
Total exposição líquida		(546.440)		(73.223)	(91.529)	(109.834)

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

23. Instrumentos financeiros--Continuação

O CDI projetado usado foi de 13,4% extraído do site da B3 em 31 de dezembro de 2025, a projeção usada foi para 363 dias.

Gerenciamento de riscos

As atividades da Companhia a expõe a diversos tipos de risco: (a) risco de mercado, incluindo o risco de moeda e o risco de preço; (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada segundo políticas elaboradas pela Diretoria de Finanças e aprovadas pela Administração da Companhia. Essa Diretoria é responsável pelas políticas à exposição aos riscos, bem como pela elaboração de processos, controles internos e a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. Desse modo a Diretoria Executiva de Finanças mantém a Companhia protegida contra eventuais riscos financeiros.

A gestão de risco dos instrumentos financeiros é compartilhada pelo corpo Diretivo da Companhia e considera o acompanhamento permanente das taxas contratadas e as taxas de mercado.

A Companhia não efetua aplicações de cunho especulativo em derivativos ou outros ativos de risco.

a) *Risco de mercado*

Risco de moeda

Não há exposição relevante de flutuação de taxas.

Risco de preço dos serviços e receitas da Companhia

O acirramento da concorrência pode levar as controladas a reverem seus preços de serviços, tendo impacto direto sobre os resultados. A Companhia e suas controladas monitoram as práticas da concorrência e estabelece cenários avaliando os resultados futuros em relação à mudança de preços.

b) *Risco de crédito*

Incorrem em risco de crédito, os valores de caixa e equivalentes de caixa, representados por depósitos e aplicações financeiras de curtíssimo prazo em

instituições financeiras no país. Este risco é gerido na Diretoria de Finanças. A Companhia tem a política de somente manter valores em instituições financeiras de primeira linha, não mantendo investimentos concentrados em qualquer conglomerado financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

23. Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia tem estabelecida uma política de crédito na qual avalia o risco de cada cliente ou contraparte não cumprir as obrigações contratuais assumidas.

Baseada nessa política, a Companhia provisiona créditos para liquidação duvidosa e caso ocorra inadimplência de um cliente por mais de 120 dias, o valor é baixado integralmente.

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de ser pulverizado devido a uma grande base de clientes. Adicionalmente, para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez origina-se da falta de recursos no fluxo de caixa para atender às necessidades operacionais. A previsão do fluxo de caixa é efetuada pela área financeira, na Diretoria de Finanças da Companhia. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, assegurando o valor de caixa suficiente para atender às necessidades da Companhia.

Gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação a gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno aos seus investidores. Dessa forma, a Relação Dívida líquida por Patrimônio líquido é apurada mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta na somatória dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa.

Demonstramos abaixo os índices em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Itens de Gestão de Capital	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	674.599	776.672
Passivo de arrendamento	78.436	88.134
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(145.317)	(224.068)
Dívida líquida	607.718	640.738
Patrimônio líquido	858.551	855.794
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.466.269	1.496.532
Relação Dívida líquida por Patrimônio líquido	41%	43%

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

24. Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia que atua em atividades comerciais a partir das quais pode gerar receita e incorrer em despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e despesas relacionadas às suas operações.

Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem bruta (lucro bruto), e não avalia as operações usando informações de ativos e passivos por segmento. As transações entre os segmentos são eliminadas, e a Companhia aloca despesas administrativas e de vendas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as informações por segmento operacional estão abaixo demonstradas:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	Laser	Internacionais	Franqueadora	Consolidado
Receita líquida de vendas	1.012.635	35.634	44.716	1.092.985
Custo dos serviços prestados	(691.392)	(28.496)	(362)	(720.250)
Lucro bruto	321.243	7.138	44.354	372.735

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Laser	Internacionais	Franqueadora	Consolidado
Receita líquida de vendas	954.839	34.324	40.608	1.029.771
Custo dos serviços prestados	(658.457)	(25.901)	(276)	(684.634)
Lucro bruto	296.382	8.423	40.332	345.137

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil, danos materiais, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2025 está apresentada abaixo:

Itens de Seguro	Importância segurada	
	Controladora	Consolidado
Multirisco patrimonial (lucros cessantes, danos morais e danos materiais)	-	604.240
Responsabilidade civil dos diretores e administradores	50.050	50.050
Risco de Transporte	-	3.030

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

26. Transações que não afetam caixa

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras, contudo não impactaram o caixa:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultados abrangentes por variação cambial dos investimentos	581	(2.200)
Adição / Remensuração de arrendamento e direito de uso	23.631	28.320
Remensuração de Dívida (Debêntures)	(23.883)	-

27. Eventos Subsequentes

Captação de Empréstimos – BNDES (Finame)

Em 02 de janeiro de 2026, a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. celebrou dois novos contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sob a modalidade Finame no montante total de R\$20.000, sendo: Uma tranche no valor e R\$ 16.716 à taxa de juros correspondente à SELIC + 1,31% a.a. com o prazo de 16 anos com carência do principal de 36 meses. E a segunda tranche no valor de R\$ 3.283 à taxa de juros correspondente a SELIC + 1,70% a.a. com o prazo de 7 anos com carência do principal de 24 meses. A operação está alinhada à sua estratégia de otimização da estrutura de capital, de alongamento do perfil de endividamento, e de suporte ao plano de investimentos, contribuindo para o fortalecimento de sua posição financeira.

Alteração do Programa de Recompra de Ações:

Em 05 de fevereiro de 2026 a Companhia aprovou a alteração do programa de recompra de ações da Companhia, aprovado originalmente em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2024. A quantidade máxima de ações que podem ser adquiridas no âmbito do referido programa passou a ser de até 10.000 de ações de emissão da Companhia, observados os termos e limites previstos no artigo 9º da Resolução CVM n.º 77, de 29 de março de 2022, inclusive quanto ao percentual máximo de ações em circulação que podem ser mantidas em tesouraria, consideradas as ações já detidas pela Companhia.



Relatório da

Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Srs. Acionistas,

Atendendo às disposições legais, a Administração da MPM Corpóreos S.A. e controladas – “Espaçolaser” ou “Companhia” – apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Sobre a Espaçolaser

A Espaçolaser é a maior empresa de depilação a laser do Brasil em termos de faturamento, número de lojas e clientes atendidos. Em atuação há mais de 20 anos e presente em todos os estados brasileiros, nossa ambição é democratizar o bem-estar por meio da oferta da melhor tecnologia para todos, rompendo com soluções tradicionais. Possuímos um modelo de negócios disruptivo, baseado na satisfação de nossos clientes e colaboradores, e que permite rápida expansão para capturar as oportunidades de mercado.

Em 31 de dezembro de 2025, contávamos com 810 lojas (próprias e franquias) de depilação a laser no Brasil, 7 lojas franqueadas na Colômbia, 42 lojas no Chile (após aquisição da marca Cela) e 1 loja franqueada no Paraguai.

Ao final do ano de 2025, a Espaçolaser contava também com 4.655 colaboradores.

Mensagem da Administração

O ano de 2025 foi marcado pela disciplina na execução de nossos pilares estratégicos, combinando crescimento com eficiência operacional e fortalecimento financeiro. Como resultado, entregamos evolução consistente em rentabilidade, geração de caixa e estrutura de capital, estabelecendo bases sólidas para um novo ciclo de crescimento sustentável e maior geração de valor aos acionistas.

No início do ano, definimos prioridades claras para orientar nossa atuação: (i) recomposição de preços, priorizando o crescimento sustentável da receita; (ii) captura de ganhos de eficiência e produtividade; (iii) evolução da experiência do cliente como diferencial competitivo; e (iv) disciplina financeira, com foco na desalavancagem e na otimização da alocação de capital, incluindo expansão por meio do modelo de

franquias, iniciativas de refranqueamento de unidades próprias e a execução seletiva de desinvestimentos em oportunidades com geração de valor.

Avançamos na recomposição de preços, com incremento de 10,0% no *ticket médio* no ano, contribuindo diretamente para o crescimento sustentável da receita e para a melhora do perfil econômico das vendas. A estratégia comercial priorizou a captura de maior valor por área vendida, apoiada pela evolução do mix e pela ampliação do número de áreas contratadas por cliente. Observamos melhor monetização das principais áreas do portfólio, além do aumento da participação de áreas complementares de maior valor agregado, refletindo maior adesão a pacotes com múltiplas regiões tratadas, reforçando a qualidade e a rentabilidade das vendas, elevando o valor médio por cliente e sustentando o crescimento com maior geração de valor ao longo do tratamento.

A evolução dessa estratégia também se refletiu no desempenho operacional do trimestre, com destaque para o mês de novembro que, impulsionado pela *Black Friday*, registrou o melhor resultado da história da rede própria e o segundo melhor mês consolidado da Companhia. Esse desempenho decorre do reposicionamento da tabela de preços e do foco na melhor monetização do portfólio, mantendo níveis saudáveis de descontos e prazos médios de parcelamento inferiores aos observados em 2024, contribuindo para a aceleração da geração de caixa.

Na frente operacional, seguimos avançando na captura de eficiências estruturais. A substituição do consumível de gás pelo sistema de resfriamento por máquinas evoluiu acima do planejado, com 455 lojas próprias operando sob o novo modelo ao final de 2025, equivalente a 81% do parque próprio, superando a meta previamente estabelecida de 70%. Essa iniciativa gerou economia aproximada de R\$ 5 milhões no quarto trimestre em comparação ao mesmo período do ano anterior, contribuindo para a redução estrutural dos custos operacionais e expansão das margens.

A experiência do cliente permaneceu como elemento central da proposta de valor da Companhia. Encerramos o quarto trimestre com NPS de 86,7 pontos, mantendo NPS médio anual de 86,8 pontos, o maior resultado anual da história da Companhia. A avaliação no Reclame Aqui atingiu nota 8,5, com a recuperação do selo RA1000, importante reconhecimento público da consistência na qualidade do atendimento e no relacionamento com nossos clientes, reforçando a solidez da marca e seu diferencial competitivo.

Ao longo do ano, promovemos um redimensionamento estratégico da estrutura de atendimento, combinando a experiência de profissionais com profundo conhecimento da Companhia e do negócio com a incorporação de talentos de mercado com sólida atuação em jornada do cliente e gestão de experiência. Esse movimento contribuiu para ampliar a sinergia entre as diferentes células de atendimento, elevando a eficiência operacional e capturando ganhos relevantes de produtividade e redução de custos. Os impactos dessas iniciativas deverão se refletir nos indicadores de reputação digital, especialmente nas avaliações do Google, tema que passou a receber foco estruturado a partir de 2026.

A evolução nas prioridades definidas para o ano contribuiu para a entrega de sólidos resultados, com receita líquida avançando 8,0% no quarto trimestre e 7,7% no ano de 2025. O lucro bruto ajustado totalizou R\$ 115,0 milhões no trimestre, crescimento de 16,1%, com margem bruta de 39,1%. No ano, o lucro bruto atingiu R\$ 426,4 milhões, crescimento de 11,5%.

O EBITDA ajustado alcançou R\$ 66,1 milhões no quarto trimestre, crescimento de 37,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, com expansão de 4,8 pontos percentuais na margem. Em 2025, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 256,8 milhões, crescimento de 15,2%, atingindo margem EBITDA ajustada de 23,1%, evidenciando a evolução consistente da rentabilidade operacional.

No trimestre, apresentamos um lucro líquido ajustado de R\$ 10,8 milhões, crescimento de 11,7% em relação ao 4T24, e no ano, esse valor foi de R\$ 34,9 milhões, com crescimento de 49,6% quando comparado com

2024. Na visão contábil, o crescimento do lucro líquido no trimestre foi de 68,6%, enquanto no ano, crescemos 698,4%.

No âmbito financeiro, realizamos importantes movimentos de otimização da estrutura de capital. Em outubro, concluímos a liquidação integral das dívidas anteriormente concentradas na holding, caracterizadas por custos mais elevados e prazos mais curtos, passando a concentrar o endividamento na empresa operacional, em melhores condições. Como resultado, o spread médio das debêntures foi reduzido de 4,50% para 3,25%, além de ganhos fiscais decorrentes do aproveitamento integral das despesas financeiras. Já no início de 2026, concluímos a liberação de aproximadamente R\$ 20 milhões referentes à linha de financiamento junto ao BNDES/FINAME, estruturada em duas tranches, com prazos de até 16 anos e custo médio ponderado de aproximadamente Selic + 1,37% ao ano, fortalecendo ainda mais nossa posição de liquidez e flexibilidade financeira. Encerramos 2025 com alavancagem de 1,78x dívida líquida/EBITDA, consolidando uma estrutura de capital mais eficiente, equilibrada e alinhada à nossa estratégia de longo prazo.

Em linha com nossa estratégia de disciplina de capital, avançamos na otimização do portfólio de ativos. Concluímos a venda de quatro unidades próprias localizadas em Bauru (SP) e Macaé (RJ), pelo valor total de R\$ 6,6 milhões, mantendo a operação sob o modelo de franquia e passando a gerar receita recorrente de royalties. Adicionalmente, em dezembro de 2025, concluímos a venda de nossa operação na Argentina, da qual detínhamos participação de 51%, pelo valor aproximado de R\$ 12,2 milhões. A transação foi realizada a múltiplo implícito de 11,0x (P/L), e os recursos oriundos dessas vendas, foram utilizados para distribuir dividendos, equivalente a R\$ 13,5 milhões, como forma de maximizar valor aos acionistas.

Em fevereiro de 2026, foi aprovada a ampliação do programa de recompra de ações, de 5 milhões para até 10 milhões de ações, evidenciando a solidez da geração de caixa e a confiança nas perspectivas da Companhia.

Iniciamos 2026 com sólida posição competitiva e confiantes na execução de nossos pilares estratégicos. Nossa prioridade permanece em evoluir na estratégia comercial, capturar ganhos de eficiência, melhorar a jornada dos nossos clientes e disciplina na alocação de capital. Por fim, ampliaremos nossos investimentos na atualização do nosso parque de máquinas e lojas e inovação, focando na ampliação de nossas vantagens competitivas.

Desempenho Operacional

Espaçolaser Brasil

Ao final do 4T25, possuíamos 810 lojas Espaçolaser no Brasil, sendo 252 franquias e 558 lojas próprias.

Na comparação com o 4T24, nossa base de franquias cresceu em 8 unidades, refletindo a expansão gradual observada nos últimos trimestres, com maior concentração na região Nordeste, parcialmente compensada pelo refranqueamento de quatro pontos comerciais anteriormente próprios realizado pela Companhia. A iniciativa está alinhada à estratégia de otimização do portfólio de lojas próprias e fortalecimento do modelo de franquias.

System-Wide Sales

As vendas brutas da rede Espaçolaser (*system-wide sales*) somaram R\$ 527,4 milhões no 4T25, um crescimento de 2,0% em relação ao 4T24 e de 25,4% quando comparadas ao 3T25. Em 2025, as vendas da rede Espaçolaser totalizaram R\$ 1,8 bilhão, 6,7% superior ao registrado em 2024, atingindo o maior nível anual da história da Companhia e reforçando a consistência da trajetória de crescimento da rede.

As vendas em mesmas lojas (same-store sales) cresceram 1,6% em relação ao 4T24. O exercício de 2025 marca uma inflexão positiva em relação a 2024, ano em que o indicador permaneceu praticamente estável. Em 2025, observamos a retomada do crescimento orgânico e ganhos de eficiência operacional, encerrando o ano com expansão de 5,4% no same-store sales.

Ticket Médio

O ticket médio atingiu R\$ 1.403 no 4T25, uma alta de 2,9% em relação ao 4T24. No acumulado de 2025, o indicador apresentou crescimento de 10,0%, mantendo trajetória consistente de crescimento anual, refletindo o sucesso do reposicionamento da tabela de preços e a disciplina na política de descontos.

Ao longo de 2025, a Companhia estabeleceu um novo piso de rentabilidade por cliente, sustentando o indicador acima do patamar de R\$ 1.400 em todos os quatro trimestres do ano, uma evolução estrutural frente à média de R\$ 1.291 registrada em 2024. Esta performance anual valida as mudanças estratégicas implementadas no período, com ênfase na recomposição da tabela de preços e na venda de áreas de maior valor agregado.

Operação Internacional

Argentina

Em linha com a disciplina de alocação de capital e o foco na maximização do retorno sobre o capital investido, a Companhia concluiu, em 22 de dezembro de 2025, a venda da totalidade de sua participação de 51% na operação da Argentina (HR-ARG S.A.) para o sócio operador local.

A transação envolveu um montante total aproximado de US\$ 2,17 milhões, sendo US\$ 1,38 milhão referente à alienação das ações e US\$ 0,8 milhão relativos à liquidação de royalties devidos. Considerando o resultado anualizado da operação, a venda foi realizada a múltiplo implícito de aproximadamente 11,0x lucro líquido atribuível à Companhia.

A operação está alinhada à estratégia da Companhia de simplificação da estrutura operacional, otimização da alocação de capital e maior foco no mercado brasileiro, reduzindo a exposição a riscos cambiais e direcionando esforços para o core business.

Colômbia

A operação na Colômbia encerrou o quarto trimestre de 2025 consolidando o sucesso da estratégia de turnaround iniciada no ano anterior, apresentando consistência do crescimento ano contra ano. Ao final do período, a operação contava com 7 unidades no país.

No trimestre, as vendas no país foram de R\$ 2,5 milhões, crescimento de 61,9% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

No ano, as vendas registradas no país foram de R\$ 9,3 milhões, representando um crescimento de 52,6%. É importante destacar que a performance do trimestre reflete a resiliência da operação frente às particularidades do calendário local.

No 4T25, foram realizados 26,9 mil procedimentos, representando um crescimento de 15,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado de 2025, o volume de procedimentos apresentou um aumento de 0,8% em comparação a 2024.

Chile

Iniciamos nossas operações no Chile em 2021, a partir da aquisição do controle do Grupo Cela, marca que compartilha com a Espaçolaser os mesmos pilares de excelência em serviços, tecnologia e cultura. Em 2024, alcançamos a liderança do mercado chileno de depilação a laser, consolidando-nos como a maior rede do setor no país. Ao longo de 2025, mantivemos essa trajetória consistente de crescimento e fortalecimento da operação.

A operação no Chile encerrou o ano de 2025 com um avanço relevante em sua capilaridade, impulsionado majoritariamente pelo modelo de franquias. Ao final do 4T25, a Companhia contava com 42 lojas no país, sendo 20 unidades próprias e 22 franqueadas.

O período foi marcado pelo foco no reposicionamento da marca e busca da elevação do ticket médio, com ênfase na qualidade da receita.

O trimestre foi encerrado com recorde de vendas, registrando R\$ 14,7 milhões no quarto trimestre de 2025, um aumento de 22,7% quando comparado ao 4T24, representando o maior volume histórico da operação no Chile, com destaque para os picos observados durante a Cyber Week e a Black Friday. No acumulado do ano de 2025, as vendas atingiram R\$ 49,3 milhões, crescimento de 21,9% quando comparado com os R\$ 40,4 milhões registrados em 2024.

No 4T25, foram realizados 176,1 mil procedimentos, representando um crescimento de 28,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado de 2025, o volume de procedimentos apresentou um ganho de 58,5% quando comparado a 2024.

Desempenho Financeiro

Receita Bruta e Cancelamentos

No 4T25, a Espaçolaser registrou Receita Bruta de R\$ 372,9 milhões, representando crescimento de 4,5% em relação ao 4T24. No acumulado de 2025, a Receita Bruta totalizou R\$ 1,4 bilhão, avanço de 5,4% frente a 2024. O desempenho reflete a assertividade da estratégia comercial, sustentada pela recomposição de preços (ticket médio), pela maturação da base de lojas e pela expansão da rede ao longo do período, com a abertura de novas unidades no modelo de franquias.

O indicador de cancelamentos (% da Receita Bruta) registrou variação de 0,7 p.p. no trimestre. Contudo, no acumulado de 2025, o indicador demonstrou estabilidade, encerrando o ano flat em comparação a 2024, com variação de 0,2 p.p., refletindo o efeito positivo das iniciativas da Companhia voltadas à retenção de clientes e à melhoria da qualidade das vendas, mesmo em um ambiente de crédito ainda desafiador no varejo.

Receita Líquida

No 4T25, a EspaçoLaser registrou Receita Líquida Ajustada de R\$ 294,4 milhões, crescimento de 8,0% em relação ao 4T24. No acumulado de 2025, a Companhia superou a marca de R\$ 1,1 bilhão em Receita Líquida Ajustada (+7,7% vs. 2024), refletindo a consistência da demanda e a assertividade da estratégia de precificação, e em linha com a estratégia de fortalecimento do core business.

Dando continuidade ao processo de aprimoramento da tempestividade e transparência dos indicadores operacionais iniciado nos trimestres anteriores, a Companhia concluiu a assimilação da nova metodologia contábil de reconhecimento imediato dos cancelamentos. No acumulado do exercício, o efeito não recorrente associado à transição metodológica totalizou R\$ 20,3 milhões. No trimestre, conforme já sinalizado, o impacto foi residual, de R\$ 228 mil, evidenciando que a nova dinâmica contábil foi plenamente incorporada pela operação, com base já normalizada para os próximos períodos.

O ajuste positivo de R\$ 5,8 milhões no 4T25 na linha de impostos, compensa integralmente o ajuste negativo de mesmo valor registrado no 3T25. Essa movimentação reflete a regularização contábil da provisão de ISS, eliminando distorções de competência entre os trimestres e assegurando que, na visão acumulada do ano não haja impacto de itens não recorrentes em impostos.

Custo dos Serviços Prestados e Lucro Bruto

O custo médio por loja totalizou R\$ 106,8 mil por mês no 4T25, representando aumento de 3,7% em relação ao 4T24, mantendo-se abaixo da inflação, em patamar controlado e compatível com a estratégia de eficiência operacional da Companhia.

O desempenho do trimestre reafirmou a evolução da eficiência operacional observada ao longo do ano, refletindo os resultados das iniciativas voltadas à otimização de processos e à redução estrutural de custos. Em linha com o observado nos trimestres anteriores, a redução de 27,2% na linha de Custos Operacionais em relação ao 4T24 foi impulsionada, principalmente, pela diminuição do consumo de gás de resfriamento decorrente da implantação das máquinas resfriadoras, que têm proporcionado maior eficiência e produtividade às operações, além de reduzir a exposição cambial dessa linha e contribuir para uma experiência mais confortável aos clientes durante os procedimentos.

Nas demais rubricas, as linhas de Pessoal e Ocupação permaneceram praticamente estáveis em valores nominais no trimestre e no acumulado do ano, refletindo essencialmente a inflação do período e apresentando diluição como percentual da receita, em função de ganhos de produtividade e maior eficiência operacional.

Por sua vez, as despesas com Comissões de Cartões e Fundo Promocional acompanharam o maior volume de vendas registrado nos períodos, mantendo-se, contudo, estáveis como percentual da receita.

Como reflexo dessa disciplina, o Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$ 115,0 milhões no 4T25, crescendo 16,1% no período. A margem bruta atingiu 39,1%, um avanço de 2,7 p.p. em relação ao 4T24, consolidando uma estrutura de custos mais leve e escalável, alinhada à estratégia de eficiência operacional e preparada

para sustentar o crescimento rentável nos próximos períodos. No ano, o Lucro Bruto foi de R\$ 426,4 milhões, apresentando crescimento de 11,5% em relação ao ano de 2024.

Despesas Gerais e Administrativas

No 4T25, as Despesas Operacionais Ajustadas totalizaram R\$ 49,2 milhões, representando uma redução de 2,6% em relação ao 4T24 e queda de 1,8 p.p. como percentual da receita líquida. Em conjunto com o crescimento de 8,0% da receita no período, esse desempenho evidencia clara disciplina operacional, com redução nominal das despesas mesmo diante da expansão da operação.

No acumulado de 2025, as Despesas Operacionais cresceram 5,4%, em linha com a inflação e abaixo da expansão da receita, resultando em redução de 0,3 p.p. como percentual da receita líquida. O período foi marcado pelo equilíbrio entre a racionalização de despesas comerciais e investimentos em capacitação e fortalecimento da governança administrativa, sustentando ganhos de eficiência e preparando a Companhia para um novo ciclo de crescimento sustentável.

EBITDA Ajustado

No 4T25, a Espaçolaser colheu os frutos das iniciativas de eficiência implementadas ao longo do ano, registrando um EBITDA Ajustado de R\$ 66,1 milhões, um crescimento expressivo de 37,3% em comparação ao 4T24. A Margem EBITDA Ajustada atingiu 22,4%, uma expansão de 4,8 p.p. frente ao mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2025, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 256,8 milhões, crescimento de 15,2% comparado com 2024, com margem de 23,1%, representando ganhos de 1,5 p.p., confirmando a retomada da recuperação do patamar de rentabilidade da Companhia.

Depreciação e Amortização

No 4T25 a depreciação e amortização foi R\$ 16,4 milhões, aumento de 17,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, a depreciação e amortização somou R\$ 59,7 milhões, crescimento de 6,2% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

O resultado do período inclui efeito não recorrente relacionado à baixa de saldos remanescentes de contratos onerosos constituídos em aquisições de lojas realizadas em 2021, em decorrência do encerramento definitivo de determinadas unidades. Trata-se de efeito de natureza estritamente contábil, sem impacto na performance operacional recorrente da Companhia.

Resultado Financeiro

No 4T25, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 35,5 milhões, representando um aumento de 6,2% em relação aos R\$ 33,4 milhões registrados no 4T24. O resultado financeiro do período foi impactado por efeitos não recorrentes decorrentes do reperfilamento de debêntures realizado pela Companhia, como a

baixa proporcional de custos e prêmios associados à dívida anteriormente existente, reconhecida diretamente no resultado. Tais efeitos possuem natureza estritamente contábil e não refletem a performance operacional recorrente da Companhia.

No acumulado do ano, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 130,0 milhões, aumento de 9,9% frente aos R\$ 118,3 milhões registrados em 2024.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Ajustamos a linha de Imposto de Renda e Contribuição Social para refletir os custos e despesas não recorrentes detalhados nas seções correspondentes do documento.

No 4T25, registramos uma despesa de R\$ 3,4 milhões de Imposto de Renda e Contribuição Social, frente aos R\$ 8,9 milhões positivos registrados no 4T24, quando foi gerado um crédito decorrente da distribuição de Juros sobre o Capital Próprio no período. No acumulado de 2025, a despesa totalizou R\$ 32,1 milhões, um aumento de 28,8% em relação aos R\$ 25,0 milhões registrados em 2024.

Ainda assim, a alíquota efetiva apresentou redução relevante na comparação anual, evidenciando maior eficiência fiscal da Companhia.

Lucro (Prejuízo) Líquido

No 4T25, a Companhia registrou lucro líquido ajustado de R\$ 10,8 milhões, um crescimento de 11,7% em comparação ao 4T24. A Margem Líquida Ajustada avançou para 3,7%. No acumulado de 2025, a Companhia consolidou sua mudança de patamar de rentabilidade. O Lucro Líquido Ajustado totalizou R\$ 34,9 milhões, representando um expressivo aumento de 49,6% em relação aos R\$ 23,4 milhões registrados em 2024.

Sob a ótica contábil, o lucro líquido de 2025 atingiu R\$ 13,2 milhões, representando crescimento expressivo de 698,5% em relação aos R\$ 1,6 milhão registrados em 2024, evidenciando que a geração de valor da Companhia é estrutural e reflete a saúde financeira do negócio.

Fluxo de Caixa Operacional

No 4T25, o fluxo de caixa operacional ajustado foi de R\$ 54,5 milhões, com conversão de EBITDA em caixa de 82,5%. No ano de 2025, a geração de caixa operacional foi de R\$ 246,4 milhões, com crescimento de 9,9% e conversão de EBITDA em caixa de 96,0%.

Investimentos

No quarto trimestre de 2025, a Companhia alocou R\$ 18,1 milhões em atividades de investimentos, representando um incremento de 65,6% em relação ao mesmo período de 2024. No acumulado do ano, tivemos investimentos no montante de R\$ 52,1 milhões, incremento de 97,2% com relação aos R\$ 26,4 milhões registrados em 2024.

Ao longo de 2025, a Companhia avançou de forma consistente na modernização de sua base operacional, com investimentos na aquisição de novos equipamentos de resfriamento, além da execução do projeto de *retrofit* de algumas lojas. Esses movimentos marcaram a continuidade de um ciclo relevante de investimentos estratégicos, que fortaleceu a qualidade do serviço, elevou o padrão das unidades e consolidou uma infraestrutura mais eficiente e preparada para suportar a expansão futura.

Endividamento

No 4T25, a dívida líquida totalizou R\$ 529,2 milhões, redução de R\$ 23,3 milhões em relação ao 4T24. A dívida bruta encerrou o período em R\$ 674,6 milhões, composta majoritariamente por debêntures emitidas pela empresa operacional, que somavam aproximadamente R\$ 593 milhões ao final do trimestre.

O índice de alavancagem (dívida líquida/EBITDA contábil, excluindo efeitos não recorrentes) recuou para 1,78x, o menor patamar dos últimos 17 trimestres, refletindo a consistência da geração de caixa e a disciplina financeira da Companhia.

Ao longo do 4T25, a Companhia concluiu relevante reorganização de sua estrutura de capital, com a liquidação integral das dívidas anteriormente concentradas na holding e a concentração do endividamento na empresa operacional, em condições mais eficientes de prazo e custo. O movimento contribuiu para o alongamento do perfil da dívida, redução do spread médio e maior eficiência fiscal, por meio da captura do benefício de *tax shield* associado à dedutibilidade das despesas financeiras na operação.

Mesmo com a continuidade dos investimentos estratégicos em modernização tecnológica e *retrofit* de lojas, a Companhia manteve trajetória consistente de redução da dívida líquida, evidenciando disciplina na alocação de capital e priorização de projetos com maior retorno.

Adicionalmente, em janeiro de 2026, foram liberados R\$ 20 milhões no âmbito da linha de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), previamente divulgada pela Companhia, destinada ao suporte dos investimentos em modernização tecnológica e expansão das operações.

Governança Corporativa

Em 01 de fevereiro de 2021, a Companhia concluiu sua listagem no Novo Mercado da B3, segmento que contempla as melhores práticas de governança corporativa de companhias abertas, demonstrando a importância deste tema para a Companhia.

A Companhia possui uma estrutura organizada de governança para os temas de riscos, compliance e auditoria. O Comitê de Auditoria composto de 3 membros, tem a função de assessorar o Conselho de Administração na supervisão: (i) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) da conformidade da Companhia com seus valores, diretrizes estratégicas, Código de Ética e Conduta e políticas internas; (iii) das qualificações e independência do auditor independente; (iv) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia e dos auditores independentes; e (v) da gestão de riscos. Desde 2021, a Companhia mantém o Comitê de Ética para promover o respeito, o cumprimento e o aprimoramento dos princípios éticos, bem como monitorar o cumprimento do Código de Ética e Conduta da Companhia. O Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, implantado em 2022, tem a função de assessorar o Conselho de Administração na supervisão e avaliação: (i) da estrutura organizacional da Companhia; (ii) das políticas ou práticas de desenvolvimento de pessoas, diversidade, treinamento, remuneração, benefícios e retenção de talentos; (iii) dos planos de sucessão de colaboradores que ocupem posições chaves na Companhia; e (iv) das políticas relacionadas aos temas de pessoas, cultura e governança da Companhia.

A Companhia possui uma área de Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, responsável por, dentre outros: (i) avaliar a eficácia do nível de governança da Companhia; (ii) supervisionar o processo de avaliação de riscos em conjunto com a Diretoria e o alcance dos controles implementados; e (iii) aferir a aderência dos processos da Companhia aos órgãos reguladores diversos.

A Companhia possui ainda um Canal de Denúncias ativo administrado por uma empresa externa independente, que permite que seus colaboradores, quaisquer terceiros, fornecedores, clientes, franqueados e público em geral, encaminhem denúncias através do site <https://canalconfidencial.com.br/espacolaser/> ou do telefone 0800 591 1896.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Apuração de Denúncias, que orienta sobre a apuração de desvios de conduta ou atos ilegais reportados ao canal de denúncias ou quaisquer outros meios de contato. A apuração das denúncias resguarda a segurança e a confidencialidade das informações tratadas e de eventuais testemunhas que auxiliarem na elucidação dos fatos. A Política de Apuração de Denúncias é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, parceiros comerciais, agentes intermediários, representantes, prestadores de serviços ou quaisquer outros terceiros que atuem em nome da Companhia.

Premiações

Em 2025, recebemos os seguintes prêmios e reconhecimentos:

- Conquista da Certificação Lugar Incrível para Trabalhar FIA/Estadão pelo 2º ano consecutivo em fevereiro de 2025;
- Conquista da Certificação GPTW pelo 6º ano consecutivo em setembro de 2025;

- Conquista do Prêmio Lugares Mais Incríveis para Trabalhar em outubro de 2025;
- Conquista do Selo Great People Mental Health - GPMH em novembro de 2025;
- Conquista do Prêmio Women's Legacy – Fundação Brasileira de Marketing (Cases dos programas: Laços Espaçolaser (parentalidade e cuidado com as gestantes/mamães) e AME - Acolhe Mulher Espaçolaser (apoio em casos de violência doméstica), em dezembro de 2025;
- Prêmio Reclame Aqui;
- Manutenção dos treinamentos obrigatórios sobre Assédio, Discriminação, Diversidade & Inclusão e LGPD.

Responsabilidade Social

A Companhia busca realizar ações que contribuam para a formação de uma sociedade mais justa. Valorizamos a inclusão e o acolhimento, adotando práticas que visam transformar vidas e promover o bem-estar em diversas esferas da sociedade. Abaixo são listadas algumas das principais iniciativas da Companhia:

- **Patrocínio de Atletas.** A Companhia patrocina a carreira de vários atletas brasileiros de diferentes modalidades, entre eles, os medalhistas paralímpicos Phelipe Rodrigues e Maria Carolina Santiago, os esgrimistas Paulo Morais e Pedro Marostega e os surfistas Caio Costa e Carlos Bahia.
- **AME – Acolhe Mulher Espaçolaser.** A Companhia possui um programa de apoio às suas colaboradoras vítimas de violência doméstica. O AME oferece acolhimento e orientação jurídica, psicológica e socioassistencial. O atendimento é sigiloso e sem nenhum tipo de interferência da Companhia, apenas de especialistas da ONG Bem Querer Mulher. Em 2025, foram atendidas 19 mulheres, totalizando 124 atendimentos entre acolhimento psicológico e orientações jurídicas. Além disso, foram realizadas 2 campanhas internas de conscientização sobre o tema.
- **ONU Mulheres.** A Companhia é signatária da ONU Mulheres. A Companhia se juntou a essa importante entidade na defesa dos direitos da mulher, firmando o compromisso com os Princípios de Empoderamento das Mulheres (ou Women's Empowerment Principles - WEPs). O propósito da Companhia com esse pacto é contribuir com o empoderamento das mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia. Dentro do quadro de funcionários da Companhia, 95% são do sexo feminino, sendo que 90% de nossa liderança e 60% dos cargos de C-Level são compostos por mulheres.
- **Projeto Laços Espaçolaser.** Programa que, desde 2018, assegura o acompanhamento durante a gestação, com o apoio da corretora de saúde Holden. A cada 3 meses, são realizados “Encontros de Gestantes”, onde o RH traz profissionais da saúde (médicos/enfermeiras obstétricas) para falar de temas como amamentação, parto e primeiros cuidados com o bebê, etc. Em 2025, foram realizados 4 encontros, contando com 119 participantes. Além disso, a Companhia prepara dentro do programa

a ação “Mamãe Retorna” que tem como objetivo acolher/respaldar estas mães que estão retornando ao trabalho, atualizando-as com as informações do período em que ela esteve ausente. Em 2025, foram 24 turmas com 172 colaboradoras participaram deste momento. Neste ano, incluímos o acolhimento dos pais no programa, trazendo foco para a parentalidade.

- **Programa Plural:** Em 2025, a companhia reestruturou os programas de DE&I com o objetivo de ampliar o escopo das pautas relacionadas ao tema – incluindo questões como etarismo, gordofobia, entre outras – e consolidar todas essas frentes em um único programa, com isso nasceu o Plural EspaçoLaser. Abaixo os dados de algumas frentes:

Plural PCD. É um programa voltado à inclusão de pessoas com deficiência. Entre suas frentes de atuação, destaca-se a capacitação de pessoas com deficiência intelectual. O programa foi estruturado em parceria com organizações especialistas no tema, como a Consultoria U Diversidade e o Instituto Serendipidade. A iniciativa também prevê o acompanhamento do desenvolvimento desses colaboradores, além da capacitação das lideranças, para que estejam preparadas para receber, acolher e integrar esses profissionais da melhor forma no ambiente de trabalho. O programa contempla ainda um treinamento obrigatório sobre diversidade e inclusão para todos os colaboradores. Em 2025, foram capacitados 4.237 colaboradores.

Plural Etnias. Frente de diversidade racial e étnica, contemplando rodas de conversas, workshops. Em 2025, foi realizado 1 encontro, somando 46 participantes. Além disso, criamos 2 campanhas internas de conscientização.

Plural LGBT Frente para trabalhar de a temática de orientação sexual que contempla rodas de conversas e para fóruns de discussão e compartilhamento de informações. Em 2025, foram realizados 2 encontros, somando 119 participantes e 2 campanhas internas de conscientização.

- **Programa De Bem com a Vida:** Criado em 2023 com o intuito de promover internamente a saúde dos colaboradores de forma integral. Ele possui 4 pilares: saúde física, saúde financeira, saúde mental e saúde social (voluntariado) que contam com encontros e campanhas que abordam os temas fortalecendo o nosso compromisso com as nossas pessoas. No ano de 2025, realizamos 2 palestras com 183 participações, 2 campanhas de conscientização e iniciativas que contaram com mais de 1.800 participações.

Na frente de saúde social, temos o Voluntariado EspaçoLaser onde no decorrer do ano, são realizadas diversas ações sociais envolvendo os colaboradores para apoiarem alguma causa ou ONG. Em 2025, nossos colaboradores nos ajudaram a transformar a vida de mais de 600 pessoas, com ações de Natal solidário, campanha do agasalho e páscoa. Outra frente dentro do programa, é concessão do serviço do laser, em nossa área técnica para pessoas de baixa renda, vinculadas às ONG's parceiras, em 2025, foram atendidas 17 pessoas.

Capital Humano

A gestão de pessoas é um elemento fundamental para a sustentabilidade e o desempenho da Espaçolaser. A Companhia atua com base em princípios de respeito, desenvolvimento profissional e valorização das pessoas, promovendo um ambiente de trabalho inclusivo e orientado à meritocracia. A Espaçolaser conta com uma força de trabalho majoritariamente feminina, sendo aproximadamente 95% de seu quadro de colaboradores composto por mulheres, o que reforça a relevância de iniciativas voltadas à equidade de oportunidades, ao desenvolvimento profissional e ao bem-estar das colaboradoras.

A Espaçolaser mantém políticas e práticas voltadas à promoção da diversidade, equidade e inclusão, bem como à garantia de igualdade de oportunidades em seus processos de recrutamento, desenvolvimento e remuneração. Em linha com sua Política Interna de Remuneração, a Companhia adota critérios objetivos e isonômicos para a definição da remuneração de seus colaboradores, sem distinção de gênero, raça, idade, religião, estado civil ou quaisquer outras características pessoais.

A Companhia também desenvolve iniciativas voltadas ao bem-estar, à inclusão e ao desenvolvimento profissional de seus colaboradores. Entre elas, destacam-se programas de apoio à parentalidade, iniciativas de diversidade e inclusão, programas de desenvolvimento e capacitação contínua por meio de sua plataforma de educação corporativa, além de ações voltadas à promoção da saúde física e mental e ao fortalecimento da cultura organizacional.

Em observância à Lei nº 15.177, que estabelece a transparência sobre a proporcionalidade da remuneração entre homens e mulheres, apresentamos a seguir informações sobre a composição do quadro de colaboradores e a comparação da remuneração total por nível hierárquico.

Quadro 1: Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico e evolução comparativa

As informações referentes à quantidade e proporção de mulheres contratadas por nível hierárquico serão apresentadas tendo como base o total de colaboradores de cada nível, considerado o total como 100%.

NÍVEL HIERÁRQUICO	2025		2024	
	FEMININO	%	FEMININO	%
ALTA LIDERANÇA	2	40%	3	75%
CONSELHEIRO	2	67%	2	67%
DIRETOR	7	54%	8	62%
GERENTE EXECUTIVO	9	36%	10	37%
GERENTE FUNCIONAL	51	89%	50	89%
COORD/SUPERV/ESPEC	38	56%	40	63%
ADMINISTRATIVO	193	66%	188	65%
LOJA	4122	99%	4092	99%
ESTAG/JOVEM APRENDIZ	7	78%	7	78%
TOTAL	4431	95%	4400	95%

Considera operações e escritórios no Brasil

Quadro 2: Proporção da Remuneração Total Feminina em Relação à Masculina (Base Masculina = 100%) e evolução comparativa

O quadro apresentado abaixo tem como base a remuneração fixa, variável e eventual de colaboradores do sexo masculino, em 100% em todas as categorias. Dessa forma, os percentuais exibidos na tabela representam exclusivamente a remuneração total feminina em relação a base masculina.

	2025	2024
NÍVEL HIERÁRQUICO	%	%
ALTA LIDERANÇA	150%	118%
CONSELHEIRO	83%	83%
DIRETOR	94%	97%
GERENTE EXECUTIVO	75%	70%
GERENTE FUNCIONAL	92%	87%
COORD/SUPERV/ESPEC	89%	92%
ADMINISTRATIVO	84%	94%
LOJA	125%	148%
ESTAG/JOVEM APRENDIZ	100%	100%

Nota: Em atendimento à Lei nº 15.177, que dispõe sobre a transparência da proporção da remuneração entre homens e mulheres, esclarecemos que: (i) a remuneração total referente a 2025 considera valores estimados de remuneração variável ainda a serem atribuídos; (ii) os percentuais apresentados foram calculados com base na remuneração total por nível hierárquico, contemplando os componentes de remuneração previstos na legislação aplicável; e (iii) as proporções observadas refletem a composição do quadro de colaboradores em 31 de dezembro de 2025, que pode variar entre áreas, funções e níveis hierárquicos. Dessa forma, eventuais diferenças podem decorrer dessa distribuição e não representam, isoladamente, evidência de tratamento desigual, em linha com o compromisso da Companhia com práticas de equidade e transparência.

Audidores Independentes

Informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços para a Companhia: (i) revisão das informações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com o “CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária” e a norma internacional “IAS 34 – Interim Financial Reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020, assim como para os mesmos trimestres de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025; (ii) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024, 2023, 2022, 2021, 2020, 2019, 2018 e 2017; (iii) revisão de documentos da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia e emissão de carta conforto em conexão com a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia; e (iv) assim como um trabalho de seller due diligence contratado pela empresa no quarto trimestre de 2019.

Adicionalmente, em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que a contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não deve exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

Declaração da Diretoria Executiva

A Diretoria da Espaçolaser declara que, em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido em 10 março de 2026; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, autorizando sua conclusão nesta data.

Agradecimentos

A Administração da Espaçolaser agradece a todos seus clientes, colaboradores, franqueados e acionistas pela confiança e apoio durante o ano de 2025. Encerramos o ano com melhoras importantes para a operação, confiantes de que temos planos sólidos para a retomada gradual da rentabilidade de nossa operação e para capturar as oportunidades de crescimento associadas ao desenvolvimento do mercado de depilação à laser.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria é órgão colegiado, não estatutário, de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pelas disposições previstas em seu Regimento Interno ("Regimento Interno do Comitê"). Em reunião realizada em 9 de novembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a criação e instalação do Comitê de Auditoria, bem como a aprovação do Regimento Interno do Comitê. Posteriormente, em 24 de janeiro de 2021, o Regimento Interno do Comitê foi revisado pelo Conselho de Administração, sendo a versão atualmente vigente. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2024, foi aprovada a eleição dos Srs. Sylvia de Souza Leão Wanderley, Adriana Caetano e Fábio de Barros Pinheiro como membros do Comitê, com mandato unificado de 2 (dois) anos a se encerrar na reunião do Conselho de Administração imediatamente posterior à assembleia geral ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de outubro de 2024, a Sra. Ana Paula Giuntini Zamper foi eleita para os cargos de membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria Não Estatutário da Companhia, em substituição à Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley, que renunciou aos cargos de membro independente do Conselho de Administração e de membro do Comitê de Auditoria em 10 de julho de 2024. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de maio de 2025, o Conselho de Administração tomou conhecimento a respeito da renúncia apresentada pela Sra. Ana Paula ZapSign d85032c6-7fc3-4140-af69-5d985eeb6a1a. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020. Giuntini Zamper e elegeu o Sr. Eduardo de La Peña, para completar o mandato unificado a se encerrar na mesma data dos demais membros do Comitê de Auditoria. O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração e suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições aplicáveis, em especial ao Regimento Interno do Comitê. Em atenção ao artigo 22, § 1º, do Regulamento do Novo Mercado e ao disposto no art. 5º, "iv", do Regimento Interno do Comitê, a Companhia deve divulgar anualmente relatório resumido do Comitê contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração. Nesse sentido, os membros do Comitê apresentam o presente relatório, em conformidade com o disposto no Regulamento do Novo Mercado e no Regimento Interno do Comitê.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias do Comitê serão realizadas, no mínimo, a cada 3 (três) meses, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador, pelo Presidente do Conselho de Administração ou por dois membros do Conselho de Administração agindo em conjunto, ou por solicitação escrita de qualquer membro do Comitê de Auditoria. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Comitê de Auditoria reuniu-se formalmente 10 (dez) vezes. As principais atividades realizadas pelo Comitê no exercício social de 2025 foram: (a) análise, revisão e recomendação com referência às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (b) análise, revisão e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes aos períodos encerrados em 31 de março de 2025 (1T25), 30 de junho de 2025 (2T25) e 30 de setembro de 2025 (3T25); (c) reporte

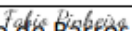
trimestral ao Conselho de Administração referente aos trimestres findos em 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025 e 30 de setembro de 2025; (d) acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Externa Independente Ernest & Young Auditores Independentes S.S.; (e) acompanhamento do resultado financeiro mensal de janeiro a dezembro de 2025 e respectivos indicadores; (f) análise dos impactos da Reforma Tributária; (g) acompanhamento dos trabalhos de Auditoria Interna e seus resultados; (h) avaliação dos processos de segurança da informação da Companhia; (i) revisão e acompanhamento dos indicadores, apurações e fluxo do Canal Confidencial; (j) avaliação da proposta apresentada pela Companhia para contratação da nova auditoria externa independente; (k) avaliação do Plano de Auditoria Interna de 2026 (PAINT); e (l) monitorar as transações entre partes relacionadas.

3. CONCLUSÕES

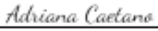
Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, apreciaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas da minuta do parecer dos auditores independentes e do relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e da proposta para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê de Auditoria ao longo do exercício social, os membros do Comitê de Auditoria manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 06 de março de 2026

Membros do Comitê de Auditoria


Fábio de Barros Pinheiro


Eduardo de La Peña


Adriana Caetano

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria aprovaram o seguinte parecer a ser submetido à apreciação do Conselho de Administração:

O Comitê de Auditoria, no uso das suas atribuições regulamentares, em reunião realizada às **14h00 em 06 de março de 2026**, na sede social da Companhia, procedeu ao exame e análise das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Considerando as informações prestadas pela administração e pelos auditores independentes da Companhia, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, opinam, por unanimidade, que as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas e recomendam o seu encaminhamento para deliberação do Conselho de Administração, com posterior recomendação de aprovação pelos acionistas em assembleia geral.

São Paulo, **06 de março de 2026**.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria da EspaçoLaser declara que, em conformidade com o § 1º, inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025, autorizando sua conclusão.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

A Diretoria da EspaçoLaser declara que, em conformidade com o § 1º, inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido em 11 de março de 2026.

